

# **FRENTE POPULAR**

**PT - PCdoB - PV - PSB - PSD - PDT - Solidariedade - Avante**

## **PROGRAMA DE GOVERNO**

**2025 - 2028**

Rio Grande, agosto de 2024.

## ÍNDICE

|                                                                                                                      |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>RIO GRANDE É MAIS: MUDANÇA E ESPERANÇA NO FUTURO .....</b>                                                        | <b>3</b>  |
| 1. RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS.....                                                                             | 6         |
| 1.1. <i>Modernizar a gestão com foco na melhoria dos serviços públicos .....</i>                                     | <i>6</i>  |
| 1.2. <i>Legado de qualificação e valorização dos serviços públicos municipais .....</i>                              | <i>10</i> |
| 2. DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E PRESENÇA NAS COMUNIDADES .....                                                          | 14        |
| 3. RETOMAR O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO .....                                                                        | 16        |
| 3.1. <i>Um legado de desenvolvimento econômico .....</i>                                                             | <i>16</i> |
| 3.2. <i>A retomada do desenvolvimento é possível e necessária .....</i>                                              | <i>19</i> |
| 3.3. <i>A retomada da Indústria Naval e novos empreendimentos econômicos.....</i>                                    | <i>22</i> |
| 4. RIO GRANDE, CIDADE INTELIGENTE .....                                                                              | 25        |
| 5. NOSSAS POTENCIALIDADES E O TURISMO .....                                                                          | 32        |
| 6. O ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMEÇA AQUI .....                                                          | 37        |
| 7. RETOMADA E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS .....                                                                 | 45        |
| 7.1. <i>Políticas de segurança pública .....</i>                                                                     | <i>48</i> |
| 7.2. <i>Promoção dos direitos humanos.....</i>                                                                       | <i>54</i> |
| 7.3. <i>Cultura, esporte, lazer e bem-estar.....</i>                                                                 | <i>59</i> |
| 7.4. <i>Assistência social para cuidar das pessoas .....</i>                                                         | <i>66</i> |
| 7.5. <i>Nosso compromisso com a saúde integral das famílias rio-grandinas .....</i>                                  | <i>69</i> |
| 7.6. <i>A cidade educadora que queremos.....</i>                                                                     | <i>75</i> |
| 8. POR UMA POLÍTICA URBANA INTEGRADA E TRANSVERSAL: FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO<br>POPULAR E CONTROLE SOCIAL..... | 81        |
| 8.1. <i>Compromisso com a habitação de interesse social.....</i>                                                     | <i>81</i> |
| 8.2. <i>Plano Diretor, mudanças climáticas e gestão do território.....</i>                                           | <i>86</i> |
| 8.3. <i>Saneamento ambiental, segurança hídrica e redução das enchentes .....</i>                                    | <i>88</i> |
| 8.4. <i>Pavimentação e melhorias na mobilidade urbana .....</i>                                                      | <i>90</i> |
| 8.5. <i>Transporte público municipal e Acessibilidade .....</i>                                                      | <i>93</i> |
| CONSTRUIREMOS UM NOVO TEMPO PARA RIO GRANDE.....                                                                     | 97        |

## **RIO GRANDE É MAIS: MUDANÇA E ESPERANÇA NO FUTURO**

Por meio deste PROGRAMA DE GOVERNO, a FRENTE POPULAR confirma seu compromisso com o futuro do Rio Grande, apresentando propostas para melhorar a vida do povo rio-grandino. Neste documento, EM CONTRUÇÃO, estão contidas as primeiras contribuições dos partidos coligados, dos movimentos sociais, das entidades sindicais, de especialistas de diversas áreas e, principalmente, da comunidade rio-grandina, que segue participando de movimentos como o MUDA RIO GRANDE.

O povo do Rio Grande, ao longo de 287 anos, construiu instituições, entidades e estruturas, públicas e privadas, que demonstram o pioneirismo, a ousadia e a força dos rio-grandinos e rio-grandinas. Temos o Porto do Rio Grande, a FURG, o IFRS, a Refinaria Rio-grandense, o Polo Naval, o Cassino, nossas ilhas e interior, um importante parque industrial, patrimônio histórico e cultural, fauna e flora exuberantes e, principalmente, um povo trabalhador e capaz de enfrentar todos os desafios.

Rio Grande possui enormes potenciais para se transformar em um lugar de felicidade e realização para todos e todas. Estamos cercados pelas águas, nossos ventos produzem energia, temos terra fértil, contamos com paisagens e locais turísticos, como o Cassino e a orla urbana, temos instituições de ensino em níveis superior e técnico, além do Porto, infraestrutura logística e áreas disponíveis para a atração de novos investimentos públicos e privados. Poucos municípios do Rio Grande do Sul têm disponíveis tal quantidade de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e cultural como a nossa Rio Grande.

Contudo, nos últimos anos, nosso município tem sofrido com o abandono e a desesperança. O atual governo municipal sucateou os serviços municipais, foi incapaz de fazer a gestão das estruturas e espaços públicos, como a manutenção dos bairros, vilas, escolas e postos de saúde e, principalmente, foi incompetente diante dos principais desafios climáticos enfrentados pelo povo rio-grandino, como a estiagem e a enchente. Por isso,

nosso povo está nutrindo um forte desejo de mudança, porque a capacidade de seguir lutando é parte constitutiva do que significa ser rio-grandino e rio-grandina.

Os desafios do próximo período exigirão uma gestão pública orientada por uma visão de futuro e forte compromisso com as pessoas, determinando as prioridades estratégicas, a qualificação dos processos e a implantação de práticas inovadoras. Para tanto, a FRENTE POPULAR está propondo um programa de governo ancorado nos princípios da justiça social, do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade fiscal e da participação cidadã, para TRANSFORMAR Rio Grande no município que sonhamos.

Isso porque o povo rio-grandino quer uma administração inovadora, comprometida com as necessidades populares e que esteja presente nas comunidades. Uma administração pública transparente em suas ações, além de competente, eficaz e eficiente na implementação das políticas públicas. O povo rio-grandino quer uma administração municipal capaz de dialogar com todos os segmentos da sociedade civil, sem preconceitos ou sectarismos. Nosso povo quer um governo municipal capaz de fazer mais e melhor, trabalhando para alterar a situação de abandono do município. O povo quer gestores e gestoras que combinem competência técnica, compromisso social e capacidade de diálogo com a sociedade.

Por isso, a FRENTE POPULAR está apresentando à sociedade rio-grandina a chapa composta por **HALLEY LINO DE SOUZA**, candidato à prefeito municipal, e **PAULO RENATO MATTOS GOMES**, candidato à vice-prefeito. A chapa HALLEY e RENATINHO representa a síntese de importantes experiências individuais e coletivas, em diferentes campos da vida comunitária, como na advocacia trabalhista e sindical, na atividade parlamentar, na gestão pública municipal, no empreendedorismo privado e na militância social. Por isso, HALLEY e RENATINHO, ao lado dos partidos reunidos na FRENTE POPULAR, devolverão ao Paço Municipal uma gestão experiente, ao lado das comunidades em todos os momentos, empática e comprometida com as necessidades do povo.

Além disso, o futuro governo HALLEY e RENATINHO contará com a importante oportunidade de articular com o Governo Lula a retomada do desenvolvimento econômico e social, que foi interrompido pelo Golpe de 2016,

que derrubou a Presidente Dilma. Em parceria com o Governo Lula teremos a possibilidade de acessar programas e projetos que possibilitarão investimentos importantes em áreas como saúde, educação, esporte, assistência social, infraestrutura, combate às enchentes, direitos humanos, emprego e renda, segurança pública, entre outras. Além disso, Rio Grande terá a experiência e o apoio do Deputado Federal Alexandre Lindenmeyer, auxiliando o município na busca por novos investimentos públicos e privados.

O PROGRAMA DE GOVERNO a seguir, dirigido ao povo rio-grandino, reúne os princípios e objetivos de uma gestão que se apresenta como herdeira dos legados do prefeito Alexandre Lindenmeyer, cujos avanços sociais serão resgatados dos escombros do atual governo. Uma nova gestão popular e democrática que, com o apoio do povo rio-grandino, terá o grande desafio de construir um NOVO TEMPO de felicidade e prosperidade para todos e todas. Portanto, convidamos a sociedade rio-grandina a participar, desde já, da construção do novo governo da FRENTE POPULAR.

## **1. RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS**

### **1.1. Modernizar a gestão com foco na melhoria dos serviços públicos**

A FRENTE POPULAR considera imprescindível qualificar a gestão pública municipal, pois os(as) rio-grandinos(as) não suportam mais os retrocessos da gestão atual. Para isso, implementaremos, de forma planejada e responsável, políticas públicas que atendam às demandas da população e que sejam capazes de alterar, para melhor, a vida das famílias rio-grandinas. Nossas ações serão baseadas em uma gestão democrática, com promoção de espaços de co-criação e troca de conhecimentos entre o poder público e a sociedade, estimulando o engajamento das pessoas através de processos de consultas públicas realizadas em meio eletrônico e em diálogos presenciais com as comunidades.

Nesse sentido, o governo da FRENTE POPULAR buscará intensificar o uso das tecnologias da informação, para consulta e análise das demandas produzidas pela sociedade e serviços públicos. Além disso, priorizaremos, de forma técnica, eficiente e inovadora, a alocação dos recursos públicos em áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, moradia, saneamento, zeladoria urbana, turismo, entre outras, assegurando que os investimentos tenham impactos efetivos na qualidade de vida da população.

Para garantir a eficiência e eficácia nos serviços públicos, introduziremos experiências de gestão que deram certo nos governos do prefeito Alexandre Lindenmeyer e da FRENTE POPULAR, orientando-as por um planejamento estratégico integrado, que permitirá a coordenação entre as diversas secretarias municipais, assim como a otimização dos limitados recursos públicos. Todos os programas e projetos desenvolvidos pelas secretarias serão avaliados regularmente por meio de metodologias participativas, com base em indicadores de desempenho social e em consulta às comunidades beneficiadas, principalmente por meio eletrônico, garantindo que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de forma transparente. Importante destacar também a criação

de uma sala integrada de gestão que terá como princípios o acompanhamento dos programas e projetos do município, sendo de acesso a toda população os resultados da gestão municipal.

A modernização da gestão pública, reconstruindo os serviços essenciais, será fundamental para atendermos às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica, informada e conectada. Adotaremos novas tecnologias para agilizar os processos administrativos, melhorando o atendimento à população. A implementação de sistemas modernos e acessíveis por meio digital permitirá a redução de burocracias. Processos como o agendamento de consultas médicas, a solicitação de serviços municipais, de licenças e certidões e o acompanhamento de obras públicas, serão facilitados por plataformas digitais integradas, como já ocorre em outros municípios.

Nosso objetivo com a modernização da gestão será reduzir o consumo de tempo e de recursos limitados, tanto para o governo municipal quanto para as pessoas da nossa comunidade, em especial os(as) empreendedores(as). Para tanto, investiremos na formação dos(as) nossos(as) servidores(as) públicos(as), para que estejam preparados(as) para utilizarem as novas ferramentas tecnológicas e para que ofereçam um atendimento de qualidade, centrado nas necessidades das pessoas. É o que estamos chamando de PREFEITURA NA PALMA DA MÃO, conectando a cidadania aos serviços públicos de forma mais rápida e direta.

Na saúde, a telemedicina, por exemplo, tem o potencial de expandir significativamente o acesso aos cuidados médicos, especialmente para comunidades remotas e vulneráveis. Com consultas virtuais, pacientes podem receber orientações preventivas, diagnósticos simples e orientação médica sem se deslocarem das suas residências, aumentando a conveniência para pessoas idosas e com deficiência. Além disso, a telemedicina pode aumentar a adesão aos tratamentos por parte das pessoas que necessitam acompanhamento continuado. A própria Inteligência Artificial pode ser utilizada para a análise de dados de saúde, permitindo diagnósticos mais precisos e preditivos, bem como a personalização dos tratamentos. A telemedicina, assim como o uso intensivo das demais tecnologias de apoio, não substituem, em nossa perspectiva, o

atendimento acolhedor e qualificado nas unidades de saúde, prestado por servidores(as) respeitados(as) e com materiais adequados para trabalhar.

Na educação, outro exemplo importante, a adoção das tecnologias da informação, ao lado da qualificação permanente dos(as) trabalhadores(as) em educação, poderá contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Plataformas de aprendizagem online e recursos educacionais digitais permitem que os(as) educandos(as) aprendam da forma como a atual geração se comunica, personalizando a experiência educativa. Ferramentas inovadoras, já disponíveis nas universidades públicas e institutos federais, podem enriquecer o conhecimento dos(as) educados(as) e promover conteúdos específicos para os(as) educadores(as), melhorando significativamente os resultados educacionais. Trata-se, portanto, de dois exemplos de usos das tecnologias da informação, na saúde e educação, com o potencial de qualificar os serviços prestados às famílias rio-grandinas.

Precisamos fortalecer a cultura administrativa, já presente em vários serviços municipais, que coloca as necessidades da comunidade rio-grandina em primeiro lugar. No entendimento da FRENTE POPULAR todos os esforços dos serviços públicos devem estar voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, enquanto detentora de direitos inalienáveis. Por isso, a integração entre os serviços será um objetivo a ser perseguido pelo governo da FRENTE POPULAR, garantindo uma execução coesa e colaborativa das políticas públicas pelos órgãos municipais, onde as informações e recursos sejam compartilhados e utilizados de forma eficiente e eficaz. Para tanto, será necessário um permanente diálogo interno, orientado por diretrizes e objetivos claros, sobretudo entre as unidades administrativas e os serviços de ponta. Trata-se de um processo contínuo de integração/colaboração para garantir que as pessoas da nossa comunidade sejam atendidas de forma digna nos serviços públicos.

Além de estabelecer a sinergia entre os serviços públicos, o processo de reconstrução e modernização permitirá que a Administração Municipal esteja melhor preparada para enfrentar as emergências e calamidades públicas, como a ocorrida em maio de 2024, respondendo de forma rápida e coordenada aos desafios. Buscaremos implementar sistemas de alerta e

monitoramento que utilizem os melhores recursos presentes na academia e instituições de pesquisa públicas, como a FURG e o IFRS, para garantir respostas proativas do poder público, agregando a ciência às medidas de prevenção necessária. Uma modernização de ordem tecnológico-científica associada aos necessários investimentos em infraestrutura e sustentabilidade, tornando Rio Grande mais resiliente aos grandes desafios das mudanças climáticas.

A reconstrução dos serviços públicos passa também pelo respeito aos(as) servidores(as) públicos(as) municipais e das suas condições de trabalho. O governo da FRENTE POPULAR, liderado por HALLEY e RENATINHO, buscará as condições orçamentárias e financeiras, priorizando a alocação dos recursos disponíveis, para que a população encontre estruturas públicas em boas condições, servidores(as) municipais motivados e qualificados e com equipamentos de trabalho adequados. Esse, de fato, será um enorme desafio para a próxima gestão, considerando os níveis de sucateamento e abandono dos serviços públicos, principalmente frente as demandas da sociedade rio-grandina.

Nesse sentido, será necessário modernizar ainda mais a administração tributária e a gestão de pessoas no serviço público municipal. Por isso, a FRENTE POPULAR assume o compromisso de uma gestão fiscal, orçamentária e financeira centrada na satisfação das necessidades populares sem perder de vista os princípios do equilíbrio das contas públicas e da boa aplicação dos recursos disponíveis. O crescimento da arrecadação nos últimos anos, resultado do trabalho de modernização fazendária realizado entre 2013 e 2020, demonstra ser possível continuar qualificando as ferramentas de arrecadação, manter o equilíbrio fiscal e investir nas prioridades da população rio-grandina.

Não somos adeptos do “austericídio fiscal”, que desde os anos 1990 vem desmontando os serviços do Estado, sucateando e liquidando o patrimônio público, como ocorreu recentemente com as privatizações da CORSAN e CEEE e a extinção do DATC. Somos do campo social que defende o estabelecimento de um planejamento estratégico fundado nas demandas populares, de forma pactuada com toda a sociedade, para o desenvolvimento e

manutenção sustentável dos serviços prestados à população. Em nossa concepção, a qualidade de vida dos(a) rio-grandinos(as) estará em primeiro lugar, o que exigirá a gestão responsável das verbas municipais, transferências constitucionais e emendas parlamentares.

Sobre as emendas parlamentares, inclusive, teremos um comportamento proativo e comprometido com a sociedade. Não faremos distinção entre emendas de parlamentares de situação ou de oposição, pois executaremos todas com a mesma agilidade e compromisso, visto serem recursos públicos necessários para melhorar a vida da população. Estabeleceremos diálogo com o nosso Deputado Federal, mas também buscaremos o apoio dos demais parlamentares da bancada gaúcha federal, assim como na Assembleia Legislativa. O objetivo, republicano e transparente, será o de garantir um fluxo permanente de novos recursos para o custeio e investimentos nas áreas sociais, ambientais e na infraestrutura do município.

Por fim, nosso compromisso com a transparência e o controle social, por meio da reconstrução e modernização das políticas públicas, não são “promessas de campanha”, mas pilares fundamentais do que será o governo da FRENTE POPULAR em Rio Grande a partir de janeiro de 2025. Precisamos resgatar a qualidade dos serviços públicos e colocá-los, definitivamente, no século XXI. Estamos determinados a construir uma gestão pública que seja o reflexo das aspirações e necessidades da nossa gente, pois os(as) rio-grandinos(as) desejam que a Prefeitura Municipal busque manter-se atualizada frente as mudanças que estão ocorrendo no mundo.

## **1.2. Legado de qualificação e valorização dos serviços públicos municipais**

A política de valorização dos serviços públicos, desenvolvida pelo prefeito Alexandre Lindenmeyer, demonstrou o compromisso do projeto da FRENTE POPULAR para com a qualificação dos serviços prestados à comunidade. A política de valorização dos serviços públicos incluiu a reposição das perdas inflacionárias, o abono salarial para os menores vencimentos e o pagamento em dia dos salários dos(as) servidores(as) municipais, para a

manutenção da segurança e estabilidade das famílias. Um esforço orçamentário e financeiro particularmente significativo por parte do governo municipal, considerando a crise econômica do período e que o governo de José Ivo Sartori (MDB) atrasava os salários dos(as) servidores(as) estaduais.

O aumento do vale-alimentação foi outra conquista importante para os(as) servidores(as) municipais. O benefício, que estava congelado em R\$ 130,00 entre 2008 e 2012, foi elevado para R\$ 300,00 em 2013 e R\$ 320,00 em 2014. O aumento proporcionou um reforço considerável no orçamento familiar dos(as) servidores(as) municipais, demarcando o compromisso da administração com a melhoria das condições de vida dos(as) seus(as) trabalhadores(as). Além disso, no quadro da complexa situação financeira a partir do Golpe de 2016, a valorização do vale-alimentação foi a forma encontrada para proteger os(as) servidores(as) com os menores vencimentos, além de fazer circular milhões de reais no comércio local.

O governo da FRENTE POPULAR, liderado pelo prefeito Alexandre Lindenmeyer, também implementou avanços funcionais importantes, alguns deles com impacto financeiro nas despesas com pessoal, como a regularização do divisor das horas para jornadas de 30 horas semanais. A alteração do divisor de 180 para 150 horas tornou mais justa a base de cálculo para o pagamento de horas extras. A alteração do divisor das horas corrigiu distorções e beneficiou financeiramente os(as) servidores(as) que realizavam jornadas extraordinárias em benefícios dos serviços públicos e da população rio-grandina.

Ainda no campo dos avanços funcionais, o governo do primeiro prefeito reeleito da nossa história, produziu alterações significativas em diversas licenças concedidas aos(as) servidores(as) municipais. A licença gestante e adotante foi ampliada para seis meses, equiparando os direitos entre gestantes e adotantes, um avanço na igualdade de direitos, fortalecendo os vínculos familiares. A licença paternidade também foi ampliada para 15 dias, proporcionando que os pais pudessem dedicar mais tempo aos cuidados dos recém-nascidos. A alteração no auxílio-doença foi implementada para evitar perdas financeiras para os(as) servidores(as) nos momentos de maior fragilidade da família. Além disso, foi instituída a redução de 50% na jornada de trabalho

para os(as) servidores(as) responsáveis por pessoas com deficiência, o que beneficiou, sobretudo, as mães trabalhadoras.

Outro legado importante foi a não incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e das contribuições previdenciárias sobre os pagamentos das Licenças Prêmio e da Gratificação de Férias. A mudança representou um ganho real para os(as) servidores(as) municipais, aliviando a carga tributária e previdenciária sobre as referidas parcelas e aumentando o seu poder aquisitivo. A medida, contudo, não impediu a evolução patrimonial do Fundo da Previdência do Rio Grande (Previrg), de R\$ 161,5 milhões em 2012 para R\$ 639,8 milhões em 2019, garantindo a sustentabilidade das aposentadorias e pensões futuras. Além disso, foi instituído, para efeito de aposentadoria, a incorporação das Funções de Direção e Chefia (FDC) e das funções previstas na Lei Municipal 7474/2013. Outra melhoria ainda foi a implementação do pagamento de vale-transporte até Capão Seco, para servidores(as) que residiam em Pelotas.

A política de valorização também incluiu a proteção do trabalho, com a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e uniformes para as secretarias municipais com atuação operacional, assegurando que os(as) servidores(as) pudessem desempenhar suas funções com segurança. Além disso, houve a realização da I Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), demonstrando o forte compromisso com a saúde e a segurança dos(as) funcionários(as) públicos municipais, promovendo a conscientização sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. O governo da FRENTE POPULAR também criou o Núcleo de Engenharia e Segurança Ocupacional (NESO), com a nomeação de engenheiro de segurança do trabalho e técnicos em segurança; e a Central de Atendimento ao Servidor (CAS). Também criou o NASO (Núcleo de Assistência à Saúde Ocupacional), que passou a contar com atendimentos de médico do trabalho, psicóloga e assistente social, visando o atendimento multidisciplinar aos(as) servidores(as) municipais.

Para além das medidas indicadas acima, que também atenderam os(as) trabalhadores(as) da educação, a valorização dos(as) educadores(as) também foi um destaque na gestão do Prefeito Alexandre

Lindenmeyer (PT): a) ocorreu a redução de 1/3 na jornada de trabalho, para atividades de formação continuada, planejamento e estudo; b) e foram implantadas alterações no Plano de Carreira do Magistério, criando dois novos níveis de qualificação, mestrado e doutorado. Além disso, as mudanças na carreira permitiram que os(as) educadores(as) atingissem o topo da vida funcional aos 28 anos de serviços prestados à população.

O legado do governo da FRENTE não está restrito aos elementos pecuniários e funcionais, mas abrangeu também a recomposição dos quadros funcionais. Por meio dos concursos públicos, a gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer, entre 2013 e 2020, nomeou 751 servidores(as) estatutários e 116 celetistas, reorganizando o Quadro Geral dos serviços públicos; sendo que, somente na saúde, aumentou de 826 para 1.121 profissionais; entre os(as) professores(as) foram 916 novas nomeações, principalmente para atendimento da redução da jornada, reposição de aposentadorias e exonerações, para o fortalecimento da Educação Especial e para a composição dos quadros das novas escolas de Educação Infantil, inauguradas nesse período. Isso sem mencionar os demais profissionais contratados para atuarem em diferentes frentes e serviços prestados à população, direta ou indiretamente. E, assim como ocorreu em 2012, encontraremos equipes desfalcadas, serviços sob o risco da descontinuidade, morosidade por falta de gestão e de pessoal e um sentimento generalizado de desmotivação entre os(as) servidores(as) municipais. Teremos, enquanto sociedade e governo municipal, um grande desafio pela frente.

Dessa forma, o próximo governo da FRENTE POPULAR, liderado por HALLEY e RENATINHO, buscará construir, de forma responsável, gradativa e pactuada, uma nova política de valorização dos serviços municipais. Temos o compromisso de discutir uma agenda de prioridades que, exequível, possa representar a manutenção sustentável de uma política de valorização dos serviços prestados à comunidade rio-grandina. Além disso, as ações possíveis de valorização dos serviços públicos, no quadro legal vigente, estarão conectadas estrategicamente às medidas de reconstrução e modernização da estrutura municipal, implementando adequações para ampliar a eficiência e eficácia dos serviços prestados à população.

## **2. DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E PRESENÇA NAS COMUNIDADES**

O governo da FRENTE POPULAR, liderado por HALLEY e RENATINHO, será pautado pela implantação de políticas de transparência e controle social, fortalecendo os mecanismos de participação que envolvem a sociedade civil. Acreditamos fortemente que democracia substantiva se constrói com a inclusão de todas as pessoas nos espaços públicos de decisão, especialmente das comunidades mais vulneráveis e historicamente excluídas, que mais necessitam das políticas públicas. Para isso, respeitaremos e promoveremos os conselhos municipais, onde a população organizada está representada, sendo convidados a contribuírem ativamente para a formulação, monitoramento e avaliação das ações governamentais.

Como propomos no tópico sobre a reconstrução e modernização da gestão municipal, implantaremos plataformas digitais interativas que permitirão aos moradores(as) da nossa Rio Grande acompanhar os projetos e os investimentos do Executivo Municipal, garantindo uma gestão aberta de dados e acessível à cidadania. As plataformas digitais interativas também servirão como canais de comunicação direta com as pessoas e comunidades, possibilitando que sugestões e propostas sejam rapidamente ouvidas, analisadas e consideradas nos processos de construção dos programas, projetos e ações públicas.

Além disso, estabeleceremos um diálogo contínuo com todos os segmentos da sociedade civil e esferas de poder, pois a construção de um município desenvolvido, justo, saudável e inclusivo depende da colaboração e sinergia entre os governos, o voluntariado, os empresários de todos os portes e do engajamento de todos os setores da nossa sociedade em projetos de interesse público. Tal como incentivamos na gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer, criando o programa Rio Grande “ComVida”, para premiar e reconhecer os(as) representantes da comunidade que atuaram em benefício da sociedade rio-grandina. O reconhecimento por parte do poder público, de fato, é o primeiro passo para que mais pessoas atuem voluntariamente nos mais

diversos projetos sociais. Além disso, a sinergia, sob a liderança da Prefeitura Municipal, também foi buscada nos grandes temas de interesse da sociedade, como a luta pelo Polo Naval, pela manutenção da Refinaria Rio-grandense, pela implantação da Usina Termoelétrica, pela ligação a seco entre Rio Grande e São José do Norte, pela redução dos valores dos pedágios, pela continuidade da duplicação da BR-116/392, entre outros. Pautas do desenvolvimento econômico e social que seguem extremamente relevantes e prioritárias para o Rio Grande e a Metade Sul do RS.

Além de reconhecer e apoiar os(as) trabalhadores(as) que, anonimamente, fazem a história do Rio Grande, a gestão da FRENTE POPULAR também promoverá debates públicos sobre os temas que mais afetam as vidas das pessoas, onde os(as) representantes das comunidades, organizações não-governamentais, empresas, universidades e outras instituições/entidades poderão expressar suas propostas e visões de futuro. O que significa instituir um diálogo construtivo, democrático e republicano, voltado para a construção coletiva de soluções para os inúmeros problemas que o nosso município enfrenta atualmente.

O diálogo permanente e o método do convencimento progressivo, duas formas de governar do projeto popular e democrático, permitirão identificar as demandas concretas da população e ajustar as políticas públicas de acordo com as prioridades do próprio povo rio-grandino, sem prescindir dos estudos técnicos e do cumprimento da legislação vigente, enquanto balizas da decisão final. Nosso compromisso com a escuta da população significa trazer todas as vozes para o diálogo público, enriquecendo o processo participativo, promovendo em especial o envolvimento e protagonismo dos grupos sociais vulneráveis, para assegurarmos que suas perspectivas e necessidades sejam consideradas na formulação das políticas públicas. A FRENTE POPULAR, portanto, assume um forte compromisso democrático com a cidadania rio-grandina, para que a reconstrução de Rio Grande seja obra e conquista do trabalho coletivo e livre do nosso povo.

### **3. RETOMAR O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1. Um legado de desenvolvimento econômico**

O governo de Alexandre Lindenmeyer realizou investimentos para promover o desenvolvimento econômico do município, para enfrentar as adversidades produzidas pela crise econômica desencadeada pelo Golpe de 2016. Durante o período, foram realizados mais de R\$ 2 bilhões em investimentos privados, demonstrando a pujança da nossa economia. O montante incluiu ampliações e instalações de novas plantas nos setores químico, de exportação, de atacado e varejo, de maquinário, entre outros, como investimentos na Rio Grande Fumigação, Granel Química, Timac Agro, Darcy Pacheco, Yara Brasil, Havan; na unidade do SEST/SENAT, nos parques eólicos; GEFCO, RG Fertilizantes, Josapar, Reparmar, Vanzin, Stok Center, Lorenzetti, Milenium e TANAC. Os investimentos privados, nesse sentido, refletem a vitalidade e o crescimento dos setores de comércio, indústria e serviços do Rio Grande, com a geração de novos empregos, mais renda e impostos. Assim, a FRENTE POPULAR considera fundamental qualificarmos as condições locais para aproveitarmos a nova onda de investimentos após a eleição do presidente Lula.

Ainda no governo Alexandre Lindenmeyer, as implantações da Sala do Empreendedor, do Alvará Online e do Portal das Empresas foram inovações que ampliaram a desburocratização dos processos de licenciamento e facilitaram a abertura de novos negócios no município. Os instrumentos criados permitiram a emissão de mais de 3.800 alvarás de localização e funcionamento de forma ágil e simplificada, incentivando o empreendedorismo local e contribuindo para o dinamismo econômico. Os esforços de desburocratização não só simplificaram a vida dos(as) empreendedores(as), mas também aumentaram a competitividade de Rio Grande, como um destino atrativo para investimentos privados.

Além dos investimentos realizados pela iniciativa privada, a gestão municipal aplicou mais de R\$ 330 milhões em investimentos públicos,

com recursos próprios e financiados, que foram entregues à população ou estavam em andamento em 2020, sublinhando a importância das compras e licitações públicas para o desenvolvimento econômico local. Por meio do Gabinete de Programas e Projetos Especiais (GPPE), dirigido pela secretária Darlene Pereira, foram captados mais de R\$ 200 milhões em financiamentos públicos, direcionados às áreas de interesse da sociedade rio-grandina, como saúde, educação, infraestrutura, mobilidade urbana, esporte, lazer, entre outras. Os novos recursos foram fundamentais para a execução de projetos que promoveram o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, como a construção de duas UPAs, a incorporação de novas escolas de Educação Infantil, entre outros, e a geração de empregos no município.

A gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer também priorizou a modernização da infraestrutura tecnológica do Rio Grande. Foram implantados mais de 65 km de fibra ótica, com o objetivo de integrar as estruturas públicas e possibilitar uma rede rápida de internet. Além disso, a aquisição de um Data Center, com mais de 50 terabytes de armazenamento, reforçou a capacidade tecnológica do setor público municipal, dotando-o de uma infraestrutura tecnológica de qualidade. As referidas melhorias tecnológicas seriam essenciais para os passos seguintes, que fortaleceriam a conectividade dos setores públicos e privados do município, não fosse a eleição dos representantes do retrocesso, em 2020.

No campo do desenvolvimento econômico sustentável, a administração popular e democrática de Alexandre Lindenmeyer buscou financiamento junto ao Banco do Brasil para a construção de uma Usina Solar municipal, o que seria um investimento de R\$ 4,9 milhões. O projeto, que visava fornecer energia limpa para os prédios públicos municipais, destacava-se como uma iniciativa inovadora e sustentável, inclusive do ponto de vista financeiro. Infelizmente, a atual gestão descontinuou o projeto, interrompendo um passo importante para a sustentabilidade energética do setor público municipal – produzindo economia para os cofres públicos. Será necessário retomar a agenda de investimentos em eficiência energética e aproveitamento de recursos, tornando o poder público mais autossuficiente em relação ao consumo de

energia elétrica, ao reaproveitamento de água, reciclagem de materiais, entre outras medidas com impacto ambiental.

No setor do desenvolvimento primário, houve a aquisição de novos equipamentos para a Patrulha Agrícola municipal, incluindo caminhões, um deles com rampa, retroescavadeira e tanque reboque, para reabastecimento do maquinário no local de trabalho, reduzindo o tempo dos deslocamentos no interior. Os investimentos na estrutura possibilitaram maior eficiência e eficácia nas atividades da Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário (SMDP), facilitando o transporte e o manejo do maquinário. A atuação da SMDP foi potencializada para atender às demandas dos pequenos(as) produtores(as), criadores(as) rurais e feirantes, ampliando a parceria com a EMATER e as associações de classe. A reabertura do Horto do Cassino, pela Secretaria de Município do Cassino (SMC) e a qualificação do Horto do Povo Novo, pela SMDP, foram igualmente importantes, pois garantiram a produção de mudas tanto para o paisagismo urbano quanto para a produção rural.

As reformas dos trapiches municipais também desempenharam um papel importante na valorização das comunidades tradicionais, restaurando o acesso dos(as) pescadores(as) às águas do entorno e fortalecendo a pesca artesanal no município. Além disso, a disponibilização do Caminhão do Peixe para a Associação de Pescadores da Vila São Miguel (APESMI) representou uma iniciativa inovadora, não apenas beneficiando os pescadores locais, mas também contribuindo para a alimentação escolar, ao fornecer pescado para a merenda das escolas municipais – uma política inovadora do governo Alexandre Lindenmeyer.

Além disso, a revitalização do Mercado Público Municipal foi importante por se tratar de uma estrutura de suporte para as atividades pesqueiras, rurais, de turismo, lazer e culturais rio-grandinas, promovendo um espaço adequado para a comercialização dos produtos locais e realização de eventos de diferentes naturezas. A criação de infraestrutura turística na Ilha dos Marinheiros, com recursos financiados, também ampliou as oportunidades econômicas, com a possibilidade de integrar o turismo ao desenvolvimento sustentável da região. O interior, inclusive, foi afetado diretamente pelo

fenômeno das enchentes, o que exigirá a implantação de projetos visando a criação de novas oportunidades, como o turismo de base comunitária.

### **3.2. A retomada do desenvolvimento é possível e necessária**

Nesse sentido, com a participação dos(as) rio-grandinos(as), retomaremos uma agenda de desenvolvimento econômico e social, que seja ambientalmente sustentável, gerando emprego, renda e qualidade de vida para todos(as). Um projeto coletivo que integrará práticas de desenvolvimento sustentável, que respeitem e preservem os nossos recursos naturais, promovendo o uso de energias renováveis, incentivando a economia circular e apoiando iniciativas de agricultura, pecuária e pesca sustentáveis e ecológicas. Em colaboração com instituições de pesquisa e inovação, buscaremos soluções tecnológicas para aumentar a eficiência das atividades econômicas e dos empreendimentos privados. Acreditamos ser possível fazer mais para desenvolvermos nossa economia, gerando mais empregos, renda e serviços, sem comprometermos o bem-estar das próximas gerações.

Para estimular a economia local, apoiaremos o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, cooperativas e empreendimentos solidários, construindo programas de capacitação, acesso a microcrédito e oportunidades de mercado. Criaremos as condições para a retomada de um ambiente favorável para o empreendedorismo, estimulando a sustentabilidade e os avanços tecnológicos. Além disso, simplificaremos ainda mais a abertura de novos negócios, oferecendo suporte aos(as) empresários(as) em parceria com órgãos como SEBRAE, SESI, SESC, SENAI, FURG e IFRS. Além disso, incentivaremos as parcerias para a realização de projetos públicos e privados que ampliem os investimentos que tornarão Rio Grande mais atrativa para os setores produtivos, o que também possibilitará ampliarmos a competitividade das empresas rio-grandinas de diferentes portes, urbanas e rurais.

Buscaremos investir também no desenvolvimento do turismo, com apoio dos governos estadual e federal e da iniciativa privada, valorizando nosso patrimônio histórico, cultural e natural. Perseguiremos projetos de

infraestrutura turística que respeitem o meio ambiente e promovam a inclusão social e a cultura rio-grandina, criando novas fontes de renda para a comunidade local. Por meio da parceria com o setor privado e demais entes da federação, buscaremos projetos de restauração e conservação dos monumentos históricos, na criação de rotas turísticas ecológicas, rurais e culturais e na divulgação para a região dos atrativos rio-grandinos. Essa nova abordagem não só preservará nossa rica herança cultural e natural, como também atrairá visitantes e investidores(as), dinamizando a economia local de maneira sustentável. Precisaremos ainda conectar os(as) produtores(as) rurais, pescadores(as), artesãos e empreendedores(as) diretamente aos mercados consumidores do turismo, tanto locais quanto regionais, de acordo com o perfil de turismo que for pretendido. O que significa interligar os empreendimentos culturais, os(as) produtores(as) primários(as) e demais setores privados em uma grande sinergia em prol do turismo. Sobre o tema do turismo aprofundaremos adiante.

A implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, mais sustentável e inclusivo, será a chave para um futuro próspero e equilibrado para as pessoas do Rio Grande. Nosso objetivo será fomentar a construção de uma economia “verde” e solidária, ambiental e socialmente equilibrada, que ofereça oportunidades de desenvolvimento humano para todos os segmentos da sociedade rio-grandina, especialmente para aqueles que historicamente seguem enfrentando barreiras nos processos de crescimento econômico. Para tanto, implementaremos políticas que busquem promover a equidade de gênero e a inclusão de todos(as) nos processos produtivos, garantindo que mulheres, negros(as), indígenas, LGBTQIA+, jovens e outros grupos sociais tenham acesso igualitário às oportunidades econômicas, à inovação tecnológica, ao microcrédito, à assessoria técnica e jurídica, entre outras estruturas, serviços e políticas, públicas e privadas, de fomento do desenvolvimento econômico. Também na economia teremos que construir UM NOVO TEMPO DE MUDANÇAS.

Iremos criar as condições para apoiar financeiramente as cadeias produtivas locais, principalmente agricultores(as), pescadores(as), artesãos(ãs), micro e pequenos(as) empresários(as), redes de mulheres empreendedoras, com recursos federais e emendas parlamentares, mas

também com programas de capacitação técnica e incentivos fiscais, atrelados a efetiva geração de empregos e renda. Será preciso também retomar o fortalecimento das feiras locais, para que os(as) produtores(as) possam vender diretamente suas mercadorias aos(às) consumidores(as) finais, promovendo um comércio justo e reduzindo a intermediação custosa. Além disso, incentivaremos a formação de cooperativas e associações que aumentem o poder de negociação dos(as) trabalhadores(as) e dos(as) pequenos(as) produtores(as), principalmente no setor dos materiais reciclados, proporcionando melhores condições de trabalho e renda para a população, o que também pode ser fomentado por meio das compras públicas.

Nosso compromisso com um meio ambiente equilibrado e saudável estará refletido em todas as políticas sociais e econômicas da FRENTE POPULAR. Nesse sentido, precisaremos estimular o aumento de práticas agroecológicas no interior rio-grandino, incentivando o uso de técnicas que preservem os recursos naturais, os ciclos bioquímicos, a biodiversidade e as potencialidades da chamada economia das águas. Buscaremos linhas de financiamento nos órgãos de fomento para apoiar a transição energética em Rio Grande, tanto para projetos públicos quanto privados, incentivando a eficiência energética em todas as atividades econômicas. O que também significa buscarmos parceiros internacionais, como o Banco Mundial, o Banco dos BRICS, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), entre outros, assim como BNDES, BRDE e similares, em nível nacional. Assim, temos o objetivo de conectar Rio Grande com iniciativas de transição energética e tecnológica em curso no restante do mundo.

Adicionalmente, fomentaremos a inovação e a tecnologia também como motores do desenvolvimento econômico sustentável. Apoiaremos as parcerias entre setores privados, universidades e centros de pesquisa para criarmos espaços de inovação que desenvolvam soluções tecnológicas voltadas para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Isso incluirá novas técnicas-tecnologias de cultivo e pesca, sistemas avançados de gestão de resíduos e reciclagem, qualificação da gestão administrativa e contábil das empresas, da gestão de recursos, da gestão do território pelo poder público, entre outros avanços possíveis, contribuindo para uma economia que reduza

custos e amplie ganhos para os setores sociais e produtivos rio-grandinos. Discutiremos no capítulo seguinte o tema da inovação tecnológica, considerando sua importância para nosso projeto de MUDANÇA de Rio Grande.

### **3.3. A retomada da Indústria Naval e novos empreendimentos econômicos**

Para a FRENTE POPULAR a retomada do Polo Naval do Rio Grande e São José do Norte será uma das prioridades da nova gestão, considerando sua importância para a economia local e para a economia do RS. Ainda que nosso projeto de desenvolvimento econômico não esteja atrelado a uma única alternativa, temos a plena convicção que a indústria naval continua sendo um caminho viável para nossa região e município, principalmente pelos ativos aqui instalados. Pois, o Polo demonstrou sua capacidade de geração de empregos e renda para a região, por meio de estaleiros que foram fundamentais para a construção de embarcações, plataformas de petróleo e outros equipamentos marítimos, permitindo a exploração do petróleo na camada do Pré-sal.

Os impactos positivos do Polo Naval gaúcho se estenderam não apenas aos(as) trabalhadores(as) diretos(as), mas também a toda a cadeia de fornecedores(as) e prestadores(as) de serviços que se beneficiaram da pujante atividade naval. Portanto, retomar o setor, por meio do descomissionamento, mas principalmente através de novos contratos de construção de estruturas navais, será essencial para reativar com força a economia local, principalmente após a calamidade climática de 2024 e os retrocessos do atual governo municipal.

Além disso, a retomada do setor naval poderá reposicionar os municípios do Rio Grande e São José do Norte como polos econômicos estratégicos do RS, atraindo novos investimentos públicos e privados, por meio de contratos nacionais e internacionais. Para isso, será necessário fortalecermos a infraestrutura naval existente, aproveitando os ativos disponíveis nos estaleiros e promovendo a capacitação e a atualização profissional de milhares de trabalhadores(as), prontos(as) para o trabalho, garantindo que nossa mão-de-

obra esteja ainda mais qualificada para atender às demandas do mercado. O que envolverá uma forte sinergia entre os setores produtivos, os estaleiros, a Petrobras, a FURG e o IFRS, atuando nas áreas onde a qualificação da mão de obra for necessária.

Enquanto trabalhamos fortemente na retomada do Polo Naval, intensificando o apoio do município às agendas da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval, criada no Congresso Nacional por iniciativa do Dep. Alexandre Lindenmeyer, continuaremos buscando novos investimentos em áreas estratégicas, como a Usina Termoelétrica e a continuidade da implantação da bioplanta na Refinaria Rio-grandense, a Bacia de Pelotas, a hidrovía binacional Brasil-Uruguay, a ligação à seco entre Rio Grande e São José do Norte, entre outros, considerando a retroárea portuária e o potencial de arrasto dos grandes projetos. A Usina Termoelétrica, por sinal, tem o potencial de fortalecer a matriz energética do Estado, criando novos empregos e estimulando o desenvolvimento econômico local. O investimento da Usina Termoelétrica poderá representar um importante passo para garantir a segurança energética do Estado e reduzir a dependência de fontes externas, mais caras e poluentes, além de potencializar a busca por novos investimentos industriais, que necessitam de outras formas de energia para se instalarem.

Além de buscar novos investimentos, trabalharemos ao lado dos governos estadual e federal para promover a melhoria da infraestrutura logística e de transporte, essencial para o escoamento da produção e a atração de novos empreendimentos. Construiremos uma frente política, com diferentes forças sociais e partidárias, para garantir investimentos na BR-116/392, no Porto do Rio Grande e na ERS-734, principalmente para proteção dos(as) pedestres, ciclistas e a acessibilidade viária às vilas e bairros lindeiros. Também reuniremos as forças políticas para enfrentar o alto custo dos pedágios e para proteger o Porto do Rio Grande, como o porto marítimo dos gaúchos e gaúchas. Principalmente porque a defesa, modernização e fortalecimento do Porto do Rio Grande tem profunda importância para a economia rio-grandina, regional e gaúcha.

Para HALLLEY e RENATINHO, os investimentos na infraestrutura logística da região, assim como a redução dos custos nos transportes, promoverão ainda mais a exportação de produtos agrícolas, uma

das vocações do porto rio-grandino, mas também a importação mais barata de insumos e bens de capital necessários para o desenvolvimento das indústrias gaúchas e brasileiras. Seremos determinados e ousados na defesa da nossa terra rio-grandina e das suas potencialidades, reunindo forças políticas para garantir que os investimentos públicos e privados venham para nosso município.

Estaremos presentes nas missões gaúchas e brasileiras para realizar intercâmbios com países, blocos econômicos e instituições financeiras internacionais, fundamentais para a atração de investimentos e de novas empresas, como China, Coréia do Sul, União Europeia, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da China (CDB), Banco dos BRICS, entre outros. O município do Rio Grande será apresentado aos(as) investidores(as) internacionais, em especial asiáticos(as) e europeus(as), como uma alternativa viável para a alocação de recursos e a implantação de novos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, aproximaremos Rio Grande das embaixadas e missões diplomáticas dos principais países exportadores de capitais, para posicionar nosso município na rota dos investimentos, principalmente nas áreas de pesquisa e tecnologia, produção agrícola, turismo, logística, transporte e geração de energias renováveis. Será necessário ousadia da gestão municipal para sermos incluídos, de forma protagonista, nas rodas de negociação do capital nacional e internacional.

Por outro lado, a retomada do Polo Naval e a atração de novos investimentos devem estar acompanhadas por políticas sociais que desenvolvam a inclusão e o bem-estar de toda a população. Por isso, nos comprometemos em investir, no quadro de uma gestão responsável e transparente, nas áreas da educação, saúde, assistência social, direitos humanos, infraestrutura urbana, entre outras, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo que o desenvolvimento econômico seja revertido em bem-estar social. Dessa forma, a criação de empregos e a circulação da renda deve ser acompanhada por programas de qualificação profissional e suporte às famílias, garantindo que todos(as) possam se beneficiarem das oportunidades geradas pelo desenvolvimento econômico. Somente assim poderemos construir um futuro próspero e sustentável para o nosso Rio Grande e toda a região. As empresas e o povo devem crescer juntos.

#### 4. RIO GRANDE, CIDADE INTELIGENTE

Uma cidade inteligente vai além do simples sinal de Wi-Fi em praças públicas ou a mudança do sistema de iluminação para lâmpadas LED. Nesse sentido, a FRENTE POPULAR propõe um alinhamento de políticas e planos baseados na melhoria da qualidade de vida do cidadão (Art. 6 da CF.1988), na melhoria da qualidade dos serviços prestados (Art.37 da CF.1988), na promoção do tripé da sustentabilidade (Art. 182, 205 da CF.1988) e no desenvolvimento do cidadão (Art. 225 da CF.1988), tendo o desenvolvimento da inovação com um importante ponto de apoio. Para isso, propomos atuar nas seguintes políticas estruturantes: a) modernização da gestão, como tratado no capítulo sobre a RECONSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS; b) inovação tecnológica e empreendedorismo e; c) fomento à economia circular e à indústria criativa, tendo a FURG como parceira consultiva e para apoio à realização de programas nessas áreas.

Fomentaremos, com recursos públicos e privados, um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento tecnológico, pois a economia do futuro será impulsionada pela criatividade, pesquisa e o uso inteligente das tecnologias. Para isso, integraremos instituições de ensino, pesquisa e setores econômicos locais, promovendo parcerias colaborativas que estimulem a troca de conhecimentos e a criação de soluções inovadoras para desafios de diferentes naturezas. Um processo de integração que começará na educação básica, com a introdução de programas, projetos e ações de iniciação científica, tecnológica e de desenvolvimento das potencialidades criativas das nossas crianças, adolescentes e jovens.

Precisamos captar, com mais intensidade, os recursos disponíveis em estruturas públicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), entre outras iniciativas, para qualificar as empresas locais, em especial as micro, pequenas e médias. Na FURG, a Unidade Embrapii (iTec), em quatro anos, contratou cerca de 20 projetos, contribuindo para a aceleração do desenvolvimento tecnológico das empresas, muitas delas de outros Estados. Nesse sentido, apoiar a referida Unidade em

Rio Grande e estreitar a parceria poderá estimular as empresas industriais locais, assim como as que atuam diretamente com Tecnologia da Informação e Comunicação, a usufruírem da subvenção econômica que a política pública proporciona.

A FRENTE POPULAR está em sintonia com os princípios e objetivos estabelecidos pelo Grande Pacto pela Inovação, de iniciativa da sociedade civil e de entidades/instituições públicas e privadas rio-grandinas. Por isso, seremos proativos nos processos de cooperação entre FURG, IFRS, empresas locais, escolas municipais e estaduais, órgãos de fomento e assessoramento técnico, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas empresariais e públicas. Portanto, buscaremos as condições para auxiliar o surgimento e fortalecimento de *startups* e empresas de base tecnológica, estimulando o empreendedorismo da juventude e a criação de um ecossistema pujante de inovação e criatividade. Reconhecemos que esse será um dos grandes desafios para todos os municípios que buscam posições vantajosas na nova ordem mundial.

Dessa forma, consideramos fundamental louvar a *expertise* do trabalho realizado pela FURG nos últimos 10 anos, fomentando a criação e o desenvolvimento de *startups* reconhecidas no mercado nacional por meio do seu Parque Científico e Tecnológico - OCEANTEC e da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – INNOVATIO. Por isso, defendemos o estabelecimento de uma agenda integrada e sinérgica com as estruturas implantadas na FURG.

Nesse sentido, também estabeleceremos parcerias com universidades e centros de pesquisa para fomentar a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de projetos conjuntos. Nosso objetivo será o de aproveitar o conhecimento acadêmico para soluções práticas e para facilitar a criação de *startups* baseadas em pesquisa científica, promovendo assim a inovação e o desenvolvimento econômico com alto valor agregado. Além disso, apoiaremos programas de aceleração e incubação de *startups*, proporcionando formas de suporte que ajudarão elas a desenvolverem seus produtos e escalarem seus negócios, com o objetivo de aumentar a sua taxa de sucesso.

Estimularemos o programa Inova Simples no município, tornando-o um processo realmente eficaz de criação de empresas inovadoras,

com o objetivo de simplificar e agilizar os procedimentos de abertura e licenciamento para novos empreendimentos. Esperamos reduzir significativamente a burocracia e os custos iniciais para os(as) empreendedores(as), aumentando assim o número de *startups* e negócios inovadores estabelecidos no município.

Em parceria com a FURG, buscaremos desenvolver uma Plataforma Online de Inovação e Empreendedorismo Aberto, onde empreendedores(as) encontrarão recursos, mentorias, oportunidades de financiamento e conexões com outros(as) empreendedores(as). A plataforma será um *hub* centralizado para acesso a desafios e necessidades de produtos e serviços para *startups* e empresas locais, tanto do setor público quanto privado. Nosso objetivo será o de facilitar significativamente o acesso a informações e recursos essenciais, promovendo um ambiente propício para o crescimento e a inovação empresarial na nossa comunidade.

A fim de aumentar as chances de sucesso dos novos negócios e facilitar o acesso a conhecimentos e experiências valiosas, promoveremos a criação de redes de mentoria com empresários(as) locais e de fora do município, investidores(as) e profissionais experientes, oferecendo orientação e recursos (*Smart Money*) essenciais para novos(as) empreendedores(as). Com isso estaremos promovendo um ambiente propício ao crescimento e à inovação empresarial em nossa comunidade.

Nosso objetivo será o de incentivar setores como design, moda, artesanato, audiovisual e outras indústrias criativas através de programas específicos e editais públicos e privados. A FRENTE POPULAR buscará diversificar a economia local e aproveitar o potencial criativo da nossa população, promovendo o desenvolvimento sustentável e culturalmente rico da nossa comunidade.

A fim de alavancar a inovação em Rio Grande e tornar o município um polo de atração de empresas inovadoras com alto desempenho tecnológico, bem como reter cientistas e empreendedores para que aqui criem suas empresas, iremos criar mecanismos para que a Lei de Inovação municipal avance e gere os resultados esperados. Também regulamentaremos o *Sandbox* conforme prevê a referida lei, desenvolvendo um ambiente controlado para

testes de novas tecnologias e modelos de negócios. Os objetivos incluem facilitar a experimentação e a inovação com menor risco regulatório, promovendo a competitividade das empresas locais. Esperamos, com isso, acelerar o desenvolvimento de soluções inovadoras e atrair investimentos, resultando em um ecossistema empreendedor mais dinâmico e avançado.

Manteremos e buscaremos ampliar os espaços de *coworking* e inovação em Rio Grande, criando ambientes onde empreendedores(as), *startups* e *freelancers* possam trabalhar, colaborar e trocar ideias. Os espaços têm como objetivo facilitar o *networking* e a colaboração entre empreendedores(as), além de oferecer infraestrutura e recursos tecnológicos a baixo custo, promovendo um ecossistema propício ao desenvolvimento de novas ideias e negócios.

Nesse sentido, o processo de reposicionamento da nossa Rio Grande na atual corrida tecnológica requer, inclusive, o mapeamento da mão de obra que está sendo formada nos centros educacionais, observando as necessidades do mercado e as adaptações em currículos e processos formativos. Queremos fomentar uma relação sinérgica entre as instituições de ensino básico, técnico e superior com as necessidades da indústria, dos serviços e do comércio, promovendo uma educação pública voltada para a inovação, o desenvolvimento social e econômico, a sustentabilidade ambiental e os direitos humanos. Será necessário avaliar, inclusive, a contribuição das escolas estaduais nos processos de formação dos(as) educandos(as) para o seu ingresso, em melhores condições, no mundo do trabalho, considerando as dimensões filosófica, sociológica, técnica e tecnológica.

O governo de HALLEY e RENATINHO construirá as condições para retomar os investimentos públicos em infraestrutura tecnológica, como feito entre os anos de 2013 e 2020 com recursos federais, como antenas e redes de fibra óptica, que são essenciais para suportar o desenvolvimento de tecnologias da informação e promover a transformação digital de empresas e serviços públicos. Em parcerias com setores públicos e privados, buscaremos as condições para expandir o acesso à internet de alta velocidade em todas as regiões social e economicamente sensíveis do Rio Grande e também para os serviços públicos, enquanto base para as medidas de modernização administrativa e fomento econômico que pretendemos implantar. Com a

possibilidade, inclusive, da criação de espaços públicos de acesso gratuito à internet, principalmente nas praças públicas.

Empreenderemos uma política de fomento em favor das micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores(as), pois acreditamos fortemente no papel que desempenham na economia local e na geração de empregos e renda. Para isso, articularemos políticas de fomento e qualificação técnico-tecnológica que incentivem o crescimento e a competitividade dos empreendimentos populares. Entendemos que o fortalecimento das micro e pequenas empresas será essencial para a diversificação da economia local e para a redução das desigualdades sociais, pois capilarizam os resultados do desenvolvimento econômico. Por isso, buscaremos os meios necessários para facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito e financiamento de baixo custo, contribuindo para a redução da burocracia e estimulando a inovação e a modernização dos processos produtivos. O que está em sintonia com nosso compromisso de construir uma Rio Grande da inovação e do empreendedorismo, como descrito.

A criação de uma Agência Municipal de Inovação se torna relevante, como braço executivo da política de inovação e desenvolvimento tecnológico, sendo fundamental para transformar nosso município em um polo de atração e geração de empresas inovadoras e de alto desempenho tecnológico. A proposta de agência permitirá uma maior sinergia entre os diferentes atores do ecossistema de inovação local, facilitando a colaboração entre o setor público, privado e acadêmico. Além disso, contribuirá para a retenção de talentos, promovendo a criação de empresas que gerem empregos qualificados e desenvolvimento sustentável.

A Agência Municipal de Inovação será um instrumento estratégico para posicionar o município como referência em inovação e empreendedorismo, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social sustentável. Em parceria com o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), buscaremos incentivar a criação e desenvolvimento de *startups*, facilitar a transferência de tecnologia, apoiar novos empreendedores com programas de aceleração e incubação e estimular setores da economia criativa. Nosso compromisso é o fomentar a inovação local,

diversificar a economia e aproveitar o potencial criativo da nossa população, tornando nossa cidade um modelo de inovação e crescimento sustentável.

Além disso, como princípio, incentivaremos os empreendimentos de economia solidária, o associativismo e o cooperativismo, nas áreas urbanas e rurais, principalmente nos setores agrícola e pesqueiro, onde as formas horizontais de gestão têm o potencial de aumentar a eficiência e a competitividade dos(as) produtores(as) locais. Apoiaremos oferecendo suporte técnico, capacitação e construindo estratégias, em aliança com a iniciativa privada rio-grandina, para a ampliação dos mercados consumidores dos produtos locais. Nesse tema terá importância fundamental os programas de reaproveitamento e reciclagem de materiais descartáveis, transformando um passivo ambiental em fonte de novas riquezas, emprego e renda.

Para apoiar os Microempreendedores Individuais (MEIs), sendo estes uma semente do empreendedorismo, ofereceremos capacitação e treinamento em gestão e inovação, acesso facilitado a crédito e microcrédito, suporte com a burocracia e incentivos para que se tornem microempresas. Formaremos redes de cooperação e eventos de *networking*. Como mecanismos de verificação destas medidas, criaremos um sistema de monitoramento e avaliação contínua para garantir a eficácia das ações implementadas, similar ao aplicado para outros formatos de empresas como os citados anteriormente.

Nosso compromisso é com o fortalecimento da economia local e a promoção de alternativas sustentáveis de produção e comercialização dos produtos rio-grandinos. Apoiando as micro e pequenas empresas, as cooperativas e associações de trabalhadores(as), incentivando o associativismo e o cooperativismo, e promovendo políticas de fomento e qualificação técnico-tecnológica dos empreendimentos solidários, estaremos construindo uma economia mais justa, inclusiva, sustentável e resiliente, capaz de enfrentar os desafios atuais da chamada economia circular.

Transformar Rio Grande em uma *Smart City* também significa investir, como temos insistido, em tecnologias limpas e na economia circular. Nesse sentido, um dos nossos objetivos será transformar Rio Grande em polo de tecnologias limpas e renováveis aproveitando o potencial da região em recursos naturais, promovendo uma transição para fontes de energia

sustentáveis e de baixo carbono. Como mencionamos, buscaremos o apoio de bancos nacionais e internacionais de fomento para estimular a implantação de tecnologias limpas, como energia solar, eólica e biomassa, criando oportunidades de negócios e empregos na chamada transição energética.

Implantaremos incentivos fiscais direcionados à empresas com baixo impacto ambiental. Adotaremos também critérios de sustentabilidade em programas de compras públicas. Indústrias de bioeconomia também serão foco de ações do governo da FRENTE POPULAR. Criaremos programas de atração de investimentos “verdes” e de incentivo às práticas de ESG no ecossistema de inovação local, buscando fomentar que empresas de todos os portes e tipos incluam em seus planejamentos este tipo de práticas de desenvolvimento sustentável.

Buscaremos o fomento à implementação de modelos de economia circular, firmando parcerias e convênios com a FURG para a disseminação de práticas e a implementação de projetos e programas que visem a conscientização coletiva sobre a importância do atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como estabelecer programas que visem gerir, reduzir e reaproveitar os resíduos sólidos gerados no município.

Nesse sentido, estamos afirmando que, para a FRENTE POPULAR, a inovação não estará restrita aos temas econômicos, mas será um dos princípios orientadores das diferentes ações da próxima gestão municipal. Pois, iremos pautar a gestão de HALLEY e RENATINHO por uma intensa agenda de transformações que tragam a administração pública para o século XXI. E que iremos apoiar, ao lado da iniciativa privada, todos os(as) empreendedores(as) que desejarem investir em inovação e tecnologia em Rio Grande.

## 5. NOSSAS POTENCIALIDADES E O TURISMO

A FRENTE POPULAR acredita que o município do Rio Grande possui um rico patrimônio histórico, natural e cultural com o potencial de fortalecer a economia local. Nossos compromissos de governo para o turismo buscam valorizar os setores econômicos e integrá-los em um plano de desenvolvimento turístico conectado com os temas da presente proposta econômica, como a transição energética e a inovação tecnológica. Para isso, daremos atenção especial aos prédios históricos, museus, às praias do Cassino e Capilha, aos parques e praças públicas, entre outras estruturas e espaços. Os(as) rio-grandinos(as) clamam por investimentos públicos e privados que aproveitem as potencialidades para a geração de empregos e renda, proporcionados pelos diferentes níveis de turismo, como o comunitário, o regional, o nacional e o internacional.

Além disso, será necessário realizarmos um profundo debate sobre os vetores públicos e privados com capacidade de promover o turismo em Rio Grande. O turismo é uma atividade própria da iniciativa privada, seja ela realizada por empresas, associações, cooperativas ou empreendimentos de economia solidária. O que obrigatoriamente deve incluir o setor turístico nos programas de assessoria técnica, de crédito e microcrédito, com baixos juros e condições facilitadas de pagamento. Assim como, o turismo pode ser considerado uma alternativa de investimento para as empresas de médio e grande porte já instaladas no município. Por isso, iremos estimular a ousadia e o vanguardismo dos(as) grandes empreendedores(as) rio-grandinos(as), em especial aqueles(as) com capacidade de investir em setores produtivos, como o turismo.

Por outro lado, também os investimentos públicos na infraestrutura e logística das localidades com potencial turístico segue sendo uma das principais demandas de empresários(as) e comunidades. Nesse sentido, será necessário que o empreendedorismo rio-grandino, movido por capitais locais, regionais, nacionais e internacionais, e os governos municipal, estadual e federal, atuem de forma sinérgica para garantir e implementar

importantes investimentos na infraestrutura turística e logística da nossa Rio Grande.

A zona central de Rio Grande é parte do patrimônio histórico e cultural do RS e do Brasil. Em Rio Grande, como sabemos, nasceu o Estado do RS e também serviu de posto avançado para a defesa do projeto de colonização portuguesa. Nesse sentido, a revitalização, restauração e a promoção turística dos prédios históricos, como a Catedral de São Pedro, a Biblioteca Rio-Grandense, o Mercado Público, o Prédio da Alfândega, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, entre outros, contando a história de diferentes períodos, serão importantes para o fortalecimento do turismo do Rio Grande e RS. Para tanto, será necessário estabelecermos um cadastro atualizado dos prédios de interesse histórico e cultural para que os recursos estaduais, federais e privados sejam acessados pelo município e por entidades/instituições privadas. Além disso, o complexo da Rede Ferroviária, onde está o Centro de Eventos, necessita uma solução mediada com os órgãos de proteção do patrimônio, que seja economicamente viável, compreendendo alternativas comerciais, de cultura e lazer. A sociedade rio-grandina precisará realizar um profundo pacto social para a preservação da sua riqueza arquitetônica e histórica.

Os museus de Rio Grande serão um dos pilares para o desenvolvimento do turismo educacional e cultural. O Museu Oceanográfico, o Museu Antártico, o Museu Municipal e o Museu Náutico, entre outros, oferecem aos(as) visitantes experiências que revelam a importância histórica, cultural e natural da nossa Rio Grande para o RS, o Brasil e o mundo. Buscaremos apoios públicos e privados para a modernização tecnológica e informacional desses espaços de história e cultura. Também fomentaremos parcerias com as instituições museológicas para realizar programas educativos e visitas escolares, potencializando nossos museus como espaços de estímulo a curiosidade científica. Para a FRENTE POPULAR, o primeiro público a conhecer as riquezas históricas, naturais e culturais da nossa Rio Grande deve ser o(a) próprio(a) rio-grandino(a), sobretudo as crianças, adolescentes e jovens, mas incluindo todos os públicos e gerações.

A Praia do Cassino, a “menina dos olhos” dos(as) rio-grandinos(as), conhecida como a maior praia do mundo em extensão, é uma das

principais atrações turísticas do Rio Grande e da Metade Sul do RS. É o principal destino turístico do litoral sul do Estado, um roteiro obrigatório para veranistas de dezenas de municípios da Metade Sul. Buscaremos as parceiras necessárias para desenvolver um plano de infraestrutura turística que qualifique as áreas de lazer, cultura, comércio, serviços e de esportes do balneário. Qualificaremos os espaços de convívio coletivo, como a Avenida Rio Grande e a Avenida Atlântica, além de melhorarmos o acesso e a sinalização das principais vias. Também trabalharemos fortemente na promoção de eventos esportivos, de lazer, ambientais e culturais, atraindo turistas durante todo o ano e não apenas na alta temporada de veraneio. O mesmo raciocínio de qualificação da infraestrutura turística pode ser aplicado à Praia da Capilha, com dimensões e desafios específicos. Além disso, a preservação ambiental, do Cassino e da Capilha, será uma importante prioridade do governo HALLEY e RENATINHO, garantindo que o desenvolvimento turístico não comprometa a biodiversidade local e a sustentabilidade ambiental. Os investimentos em turismo devem ser complementados por ações e políticas que melhorem as condições de vida dos(as) moradores(as) do bairro Cassino, Barra e Interior, enquanto locais de habitação de milhares de famílias rio-grandinas.

Os Molhes da Barra do Rio Grande, parte do complexo turístico do Balneário Cassino, uma obra de engenharia única no Brasil, tem o potencial para ser promovido como ponto turístico de destaque. Nesse sentido, será necessário realizar ou acessar estudos de viabilidade para projetos comerciais, de serviços e de economia solidária no local, envolvendo obrigatoriamente as comunidades do entorno. Para tanto será necessário estabelecer um plano integrado para melhorar as condições de visita, como a implantação de trilhas interpretativas e painéis informativos, abarcando a história, a cultura local, a gastronomia, a natureza e a importância econômica da estrutura. Será necessário estimular a organização das comunidades do entorno para promoverem passeios guiados e atividades educativas para as escolas municipais e estaduais, assim como para os(as) turistas, para a geração de renda. Nenhuma proposta turística para os Molhes poderá ser desenvolvida sem incluir, como protagonistas, os(as) empresários(as) locais, empreendimentos de

economia solidária e, principalmente, as comunidades e os(as) tradicionais vagoneteiros(as).

A Estação Ecológica do Taim e o Parque Urbano do Bolaxa, estruturas fundamentais para a preservação da nossa biodiversidade, são áreas de extrema importância que serão promovidas como destinos de ecoturismo e conscientização sobre a necessidade da preservação ambiental. Essas áreas ecológicas e outras, que possam vir a ser criadas pela municipalidade, em articulação com órgãos estadual e federal de meio ambiente, serão espaços de promoção da educação ambiental, ampliando o conhecimento do público rio-grandino sobre a sua fauna e flora, promovendo e ampliando o compromisso socioambiental de toda a coletividade.

Como mencionamos, as ilhas e o interior do Município também representam um importante potencial para a promoção do turismo interno e regional. Nesse sentido, será necessário estabelecer um plano turístico específico e integrado para as ilhas e o interior, com o apoio da iniciativa privada e dos(as) empreendedores(as) locais, com o objetivo de identificar os pontos a serem melhorados na infraestrutura, assim como os respectivos parceiros comerciais e financiadores.

As praças históricas da nossa Rio Grande, como a Praça Tamandaré, a Praça Sete de Setembro, a Praça Saraiva e a Praça Xavier Ferreira, serão revitalizadas para se tornarem pontos de encontro e lazer para moradores(as) e turistas. Investiremos na manutenção e melhoria da infraestrutura dessas praças, incluindo iluminação, bancos, jardins e áreas de recreação, para famílias, crianças, adolescentes e jovens, incluindo os *pets*. Será preciso um grande esforço para reverter o estado de abandono das praças e espaços de lazer públicos, resultado da incompetência da atual administração. Eventos culturais e feiras de artesanato serão realizados nesses espaços, estimulando o seu uso comercial, por meio de editais e licitações públicas, por empresas, associações e cooperativas de trabalhadores(as) e empreendimentos de economia solidária, promovendo a cultura local e proporcionando oportunidades de emprego e renda. Para a FRENTE POPULAR a ocupação cidadã dos espaços públicos deve ser oportunidade para a geração de emprego e renda para nosso povo.

Nos tempos atuais, de mídias digitais, redes sociais e influenciadores(as) digitais, será fundamental o estabelecimento de parcerias privadas e investimentos públicos em comunicação de massa para alavancar nossa Rio Grande e alcançarmos públicos consumidores de produtos turísticos, em especial da Metade Sul, do RS e do Mercosul. Será necessário promovermos, nos meios digitais, as informações sobre as potencialidades naturais, humanas e culturais de Rio Grande, com desdobramentos concretos em pacotes turísticos que integrem os prédios históricos, os museus, as praias, o Taim, entre outros atrativos, oferecendo uma experiência completa e diversificada aos(às) visitantes. Com um planejamento cuidadoso e arrojado, conectado com as novas formas de interação digital, podemos transformar Rio Grande em um polo turístico que beneficie a economia local.

Reiteramos, assim, o compromisso da FRENTE POPULAR em desenvolver o turismo como uma grande força de desenvolvimento econômico, por meio da criação de eventos de natureza turística. O fortalecimento do setor poderá ocorrer por meio da capacitação através de cursos disponibilizados pelo poder público em parceria com o setor privado, SESC, SENAC, SESI, SENAI e SEBRAE. Também criando grupos setorializados de desenvolvimento, com representação e participação nas decisões relacionadas ao turismo, nos conselhos municipais e associações.

Criaremos um calendário com interesses e objetivos turísticos distintos, como eventos de lazer com foco no desenvolvimento da autoestima, para preparar a recepção de convidados(as), assim como festivais, feiras, congressos, entre outros. Além disso, temos o objetivo de viabilizar um espaço público coberto para eventos na área central do município, garantindo um novo cenário para o desenvolvimento das tradicionais feiras de desenvolvimento do artesanato, da rede de mulheres empreendedoras, da gastronomia, da cultura e de outros setores geradores de emprego e renda.

## **6. O ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMEÇA AQUI**

Em capítulos anteriores, tratamos sobre o modelo de desenvolvimento econômico, sustentável e socialmente inclusivo defendido pela FRENTE POPULAR. No presente tópico, aprofundaremos o tema ambiental, considerando-o de forma multisetorial, incluindo os serviços públicos, os espaços urbano e rural, o estímulo à cidadania ambiental e a sustentabilidade nos investimentos privados, mas, principalmente, os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Na gestão municipal atual, testemunhamos uma política sistemática de destruição e de descaso com o meio-ambiente, tendo como símbolo a derrubada de centenas de árvores em diferentes pontos do município. Em reação, a comunidade rio-grandina se articulou e atuou em diversas frentes contra a política de devastação ambiental que precarizou a estrutura ambiental do Município, desmontou o sistema de monitoramento da qualidade do ar e não promoveu a manutenção das áreas verdes e de parques urbanos. A gestão atual abandonou os nossos parques e não implementou políticas de educação ambiental, além de desmobilizar o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nesse sentido, o presente programa da FRENTE POPULAR, liderada pelo dinamismo e experiência de HALLEY e RENATINHO, buscou na resistência popular os elementos éticos para pensar um UM NOVO TEMPO para a política ambiental rio-grandina.

Em nosso governo fizemos diferente. A gestão de Alexandre Lindenmeyer em Rio Grande fez importantes avanços na zeladoria urbana, promovendo melhorias na iluminação pública e na gestão dos resíduos sólidos. Foram realizados 29.766 atendimentos à população na área da iluminação pública, aumentando a segurança nas vias das áreas urbanas e rurais. Além disso, 600 pontos de iluminação LED foram instalados nas principais vias do município, contribuindo para uma iluminação mais eficiente e sustentável. A substituição de 15.965 lâmpadas de vapor de sódio por tecnologia mais eficiente foi outra ação significativa. No entanto, a tentativa de obtermos o financiamento

Caixa Ilumina, para expandir a iluminação LED no município, foi impedida pela oposição na Câmara de Vereadores, liderada pelo MDB e o atual prefeito municipal. O que também frustrou a iluminação com LED do loteamento ABC X e no trevo da intersecção entre ERS-734 e BR-392. A iluminação pública, além da sua importância para a segurança da cidadania, tem grande impacto na percepção ambiental da população sobre as áreas habitadas, aumentando a autoestima e o sentimento de cuidado com os locais públicos.

No combate aos focos de lixo e na manutenção da limpeza urbana, a gestão democrática e popular realizou o recolhimento de milhares de toneladas de materiais inservíveis e resíduos depositados irregularmente pela população, utilizando recursos próprios e do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada (FMGC). Foram milhares de quilômetros em serviços de limpeza mecanizada, varrição manual, capina e roçada em áreas urbanas e rurais. A higienização de espaços públicos, como paradas de ônibus e postos de saúde, foi intensificada para combater a proliferação da COVID-19 em 2020. Os números demonstram o desafio representado pela gestão do espaço urbano e rural, o que exigiu competência administrativa e recursos prioritários. Por isso, alternativas ousadas e eficientes, com financiamento público e parcerias privadas, precisam ser construídas para o setor, principalmente para afastar, em definitivo, a irresponsabilidade sanitária do atual governo municipal, que transformou Rio Grande em um lixão a céu aberto. Como sabemos, a gestão dos resíduos sólidos em nosso município tem profundo impacto na saúde dos nossos ecossistemas lagunar e costeiro.

Além disso, foram realizadas intervenções importantes nas praças Xavier Ferreira, Tamandaré e Saraiva. Na primeira, foram realizadas melhorias nos canteiros, com replantio da grama, limpezas permanentes e a reativação das fontes de água. Foi a praça onde ocorreu a primeira Festa do Mar aberta ao público e que valorizou o Centro Histórico, em 2015. Na praça Tamandaré foram realizadas a recuperação dos canais, com limpeza e tratamento das fissuras e infiltrações, assim como o desenvolvimento de um *masterplan* visando a intervenção em toda a estrutura do espaço público, propondo a construção de novos locais de lazer no seu interior, assim como qualificando a iluminação pública com lâmpadas LED. As estruturas externas de

esporte e lazer da praça Saraiva foram qualificadas e a obra de recuperação do ginásio Farydo Salomão foi projetada, mas interrompida pela pandemia do COVID-19. Cabe lembrar que o referido ginásio foi interditado em 2013 por riscos à comunidade, causados pela falta de manutenção por parte das gestões anteriores do MDB. Além das praças Xavier Ferreira, Tamandaré e Saraiva, outros espaços públicos municipais receberam investimentos, para garantir sua manutenção. Novamente, os investimentos nos espaços públicos têm a capacidade de fortalecer a cidadania ambiental, estimular a ocupação das áreas públicas pelo povo e promover o cuidado em relação ao ambiente urbano.

O fortalecimento da gestão de recicláveis, por meio de convênio com associação de trabalhadores(as), garantiu a estrutura adequada e o fornecimento regular de materiais recicláveis. Além disso, iniciamos um debate público e técnico sobre as alternativas para os resíduos sólidos, buscando reduzir os volumes a serem depositados em aterros sanitários, para qualificar a coleta seletiva, incluindo os(as) trabalhadores(as) da reciclagem, com geração de emprego e renda, e produzir energia renovável. Novamente, a pandemia interrompeu os passos iniciais dessa nova alternativa. O fato, contudo, é que a atual gestão municipal, ao contrário, não se manteve apenas inerte, sem apresentar soluções estruturais, mas agravou o problema dos resíduos sólidos em Rio Grande, proliferando focos de lixo nas comunidades.

Nos últimos quatro anos, vivenciamos em nosso município um retrocesso nas políticas de arborização, com podas indiscriminadas; abandono do viveiro; e cortes de árvores sem reposição, sem política de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A política do governo municipal atual, de desmonte da estrutura ambiental, resultou na derrubada de 577 árvores nativas e 863 espécies não nativas, o que provocou forte impacto na flora e na fauna de nossa cidade, com a destruição de árvores que faziam parte do nosso patrimônio natural e cultural. Por isso, a FRENTE POPULAR está comprometida com a reversão dessas políticas de desmonte e a retomada da defesa de nosso ecossistema, com a proteção das nossas áreas verdes.

A FRENTE POPULAR defende que a pauta ambiental seja tratada como um tema transversal, perpassando a educação, cidadania, cultura, saúde, desenvolvimento econômico, economia solidária, diversidade, povos

originários, comunidades quilombolas, segurança pública, direito dos animais, mobilidade urbana, abastecimento de água e luz e o enfrentamento ao racismo ambiental. Todas as temáticas têm pontos em comum e se realizam sobre a mesma base material das nossas existências, que é o meio ambiente. Assim sendo, os temas ambientais perpassam questões relacionadas ao lugar onde vivemos, à qualidade da água, do acesso à saúde, da mobilidade urbana, da qualidade do ar que respiramos, das condições sanitárias e do sistema de esgotamento de nossas comunidades, dentre outras.

Nesse sentido, vivemos hoje uma emergência climática planetária, com o aquecimento global e o aumento da temperatura que coloca em risco a existência da vida de humanos e não humanos no Planeta. Nesse contexto, precisamos, com urgência, fortalecer nossos espaços de área verde e de proteção ambiental. Nosso Município tem apenas 6m<sup>2</sup> de área verde por habitante, quando o recomendado é 32m<sup>2</sup> de área verde por habitante. Cada árvore que plantamos assegura a existência da vida no futuro. Há muito o que plantar. Nesse sentido, precisamos construir uma cultura de preservação do meio ambiente, promovendo a consciência coletiva e a cidadania ambiental. O direito fundamental ao meio ambiente saudável será compreendido pelo governo de HALLEY e RENATINHO como parte constituinte da cidadania plena.

Iremos RECONSTRUIR as políticas de arborização nos espaços urbanos, pois ela auxilia em diversos aspectos a qualidade de vida da população. A arborização urbana contribui significativamente para reduzir as ilhas de calor, ao proporcionar sombra e amenizar a temperatura ambiente. Além disso, as árvores atuam como filtros naturais, melhorando a qualidade do ar, enquanto capturam partículas poluentes. Estudos acadêmicos indicam que as áreas verdes, bem distribuídas, podem diminuir a temperatura urbana, ampliando o conforto térmico em ruas, áreas públicas e residências próximas.

Além dos benefícios ambientais, a arborização urbana também promove a saúde física e mental da comunidade. As áreas verdes incentivam a prática de atividades físicas ao ar livre, como caminhadas e exercícios, contribuindo para a redução de doenças crônicas. A presença das árvores e dos parques tem efetivamente um efeito positivo na saúde mental da população, proporcionando espaços de relaxamento e bem-estar. Assim, ao expandirmos

decisivamente as políticas de arborização, estaremos incentivando não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também o bem-estar e a saúde integral da nossa comunidade.

Na política de desenvolvimento econômico, protegeremos as nossas áreas verdes, fauna e recursos hídricos, promovendo o uso sustentável das potencialidades naturais que compõem nosso espaço de vida. A FRENTE POPULAR considera possível e necessário promovermos o desenvolvimento econômico preservando nossa biodiversidade. Nesse sentido, o combate às mudanças climáticas começa nos territórios municipais, urbanos e rurais, pois nesses espaços ocorrem as ações humanas com impactos ambientais diretos. Os espaços urbanos, em especial, são responsáveis por parte considerável das emissões globais de gases de efeito estufa. Por isso, a implementação de políticas urbanas sustentáveis pode reduzir a pegada de carbono e promover um desenvolvimento mais resiliente e inclusivo das comunidades e atividades econômicas.

Nas áreas urbanas, buscaremos financiamento para políticas de transição para uma economia de baixo carbono. Continuaremos investindo, com recursos federais e de organismos internacionais, em infraestrutura de mobilidade urbana, incentivando o uso de transportes públicos eficientes, elétricos e com biocombustíveis, bicicletas e outros modos de transporte não poluentes. Assim sendo, buscaremos RETOMAR a expansão das redes de ciclovias e ciclofaixas, além de melhorar a infraestrutura para pedestres, por meio da retomada do Programa Calçada Legal, promovendo a caminhada e o ciclismo como alternativas saudáveis.

Também diligenciaremos para a adoção de tecnologias verdes nas construções e obras públicas, incentivando a adoção de edificações com padrões de eficiência energética, adequados ao clima rio-grandino, com o uso de materiais sustentáveis e a implantação de sistemas eficientes de energia solar, consumo de água e gestão de resíduos. Além disso, planejaremos os novos investimentos habitacionais com foco na densificação inteligente do espaço urbano, buscando alternativas fiscais e de financiamento para criarmos padrões de vida que reduzam os longos deslocamentos e que os projetos das moradias populares estejam integrados com a cidade.

Nas áreas rurais, precisamos envidar esforços para a promoção de práticas agrícolas ecológicas, a promoção do turismo, da preservação ambiental, de recuperação das matas nativas, entre outras iniciativas, para o enfrentamento às mudanças climáticas. Apoiaremos os(as) agricultores(as) na adoção de técnicas e tecnologias de agricultura regenerativa, que aumentam a captura de carbono no solo, contribuem para a preservação da biodiversidade e reduzem a dependência de agroquímicos. Trata-se do uso de sistemas agroflorestais e a diversificação das culturas agrícolas, contribuindo para a resiliência dos ecossistemas e a segurança alimentar das populações. As compras públicas, voltadas para os setores primários locais, como tratamos no debate sobre o desenvolvimento econômico sustentável, podem servir de instrumento para a mudança de paradigma na área rural.

Como dissemos, a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos e rurais também desempenhará um papel crucial na redução das emissões de efeito estufa. Criaremos as condições, com ousadia, para o fortalecimento da coleta seletiva, a reciclagem e a compostagem, reduzindo o volume de resíduos encaminhados ao destino final e, conseqüentemente, as emissões de metano e outros gases nocivos para o ambiente. Incentivaremos a economia circular, onde os resíduos são vistos como recursos com grande potencial para a geração de emprego e renda, promovendo a reciclagem de materiais. Novamente, as compras públicas municipais, em sintonia com cooperativas e associações de recicladores(as), podem representar um importante mecanismo de gestão dos resíduos sólidos. Será preciso darmos um passo efetivo em direção às cooperativas e associações de reciclagem, buscando na iniciativa popular e privada as soluções para esse grave problema ambiental.

Precisaremos avaliar as condições para RETOMAR os projetos de geração de energia solar, iniciados no governo Alexandre Lindenmeyer e descontinuados na presente gestão municipal, para garantir o abastecimento elétrico dos prédios públicos municipais, que somam mais de cem estruturas somente entre saúde e educação. Pois, o combate às mudanças climáticas deve ser iniciado nas cidades e nos territórios urbanos e rurais, onde podemos implementar ações concretas e integradas que promovam a sustentabilidade

ambiental, social e econômica. Ao adotar práticas e políticas inovadoras, como a tentativa de implantar uma usina fotovoltaica municipal, podemos construir um futuro mais resiliente e justo, contribuindo para a proteção do nosso planeta.

A gestão da FRENTE POPULAR, comprometida com todas as formas de vida, irá RECONSTRUIR a política de proteção dos direitos dos animais. Nossas gestões, entre 2013 e 2020, promoveram avanços importantes nessa área, mas precisaremos retomar os serviços para garantir um tratamento digno aos nossos animais e seus(as) tutores(as). Acreditamos que uma sociedade justa e ética deve incluir a proteção e o bem-estar animal como um dos seus pilares fundamentais. No âmbito da defesa dos direitos dos animais, promovida pela Coordenadoria de Defesa dos Direitos dos Animais, criada no governo Alexandre Lindenmeyer, ocorreu a aquisição do primeiro castramóvel municipal e a castração de mais de 8 mil cães e gatos, machos e fêmeas, enquanto medidas que foram essenciais para o controle populacional dos animais comunitários. A iniciativa preveniu o sofrimento de milhares de animais domésticos, reduzindo o número daqueles em situação de rua, ainda que protegidos pelas comunidades onde vivem. A criação da Coordenadoria representou um marco importante na implementação de políticas específicas para a proteção dos direitos dos animais.

Para avançar, HALLEY e RENATINHO propõem buscar as condições para ampliar os programas que deram certo nessa área, fortalecendo a frequência das campanhas de castração e estendendo os serviços veterinários para os animais das famílias de baixa renda e de forma descentralizada. Em outras palavras, criaremos as condições para dar o passo adiante na política de proteção animal, com o estabelecimento de atendimento clínico aos animais das pessoas de baixa renda, através da unidade móvel, especialmente por meio de mutirões nas regiões de vulnerabilidade social.

Além disso, fortaleceremos a fiscalização e a aplicação das leis de proteção animal, combatendo o abandono e os maus-tratos, em parceria com os órgãos de segurança. Estabeleceremos parcerias com órgãos públicos, entidades, instituições, universidades, voluntários(as) e a iniciativa privada para desenvolvermos políticas de fiscalização e programas educativos que conscientizem a população sobre a importância do bem-estar animal, que

promovam a adoção responsável e esclareçam sobre os prejuízos da caça e/ou domesticação de espécies silvestres ou selvagens.

A política de proteção dos direitos dos animais também será tratada de forma integrada, sendo incluída nas ações e programas governamentais, especialmente da educação, saúde, cidadania e assistência social, seja pelo levantamento dos animais integrantes dos núcleos familiares, seja pelo desenvolvimento de campanhas de conscientização. Além disso, precisamos garantir acesso à população informações sobre formas ambientalmente sustentáveis de alimentação, como a vegana, ou específicas para pessoas com restrições alimentares, estimulando o uso de produtos que não causem intolerâncias/alergias alimentares. Temos, portanto, compromisso com a integralidade da pauta ambiental, articulando-a com as demais políticas públicas.

## **7. RETOMADA E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Durante o governo de Alexandre Lindenmeyer os investimentos nas áreas sociais, como saúde, educação e assistência social aumentaram de R\$ 204,9 milhões em 2013, ainda com orçamento do governo anterior, para R\$ 328,6 milhões em 2019. O aumento dos recursos nas áreas sociais foi essencial para fortalecer a estrutura de atendimento do município e garantir que os serviços públicos pudessem acolher de forma eficaz a crescente demanda da população. Os números do governo Alexandre Lindenmeyer representam a importância da área social e o compromisso da FRENTE POPULAR com os direitos humanos e promoção da cidadania.

Buscaremos as condições para continuar ampliando a qualidade de vida dos(as) rio-grandinos(as) através de políticas integradas de saúde, educação, segurança, habitação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, saneamento ambiental, entre outras. Para tanto, intensificaremos a presença das políticas sociais no território de forma técnica, integrada e multifacetada, mas sobretudo de forma humanizada, considerando a sabedoria e o conhecimento das comunidades locais. Projetos de urbanização e saneamento básico, por exemplo, associados a iniciativas de arborização e educação ambiental, contribuirão para a criação de um ambiente urbano mais saudável, aumentando o compromisso público e privado com o cuidado do nosso município. Além disso, avançar no saneamento ambiental representa também um dos melhores investimentos em saúde preventiva. A integração das políticas, dos programas, projetos e ações públicas terá o potencial para gerar mais qualidade de vida para todos e todas. Integração que está relacionada ao tema da modernização da gestão municipal, intensificando o aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis à municipalidade.

A integração das políticas sociais, considerando a complexidade da sociedade atual, demandará a abertura de frentes variadas nas políticas públicas municipais. Será importante, por exemplo, envidarmos esforços para criar programas de formação profissional e qualificação técnica, especialmente para jovens, mulheres, negros(as), comunidade LGBTQIA+, pessoas em

situação de vulnerabilidade social, entre outros(as), ampliando as oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, atuaremos pela universalização dos direitos humanos, sociais, culturais, econômicos e ambientais, construindo uma sociedade com mais igualdade, dignidade e liberdade para todos e todas.

A gestão de HALLEY e RENATINHO estará empenhada em garantir, em parceria com os setores públicos e privados, que cada cidadão e cidadã rio-grandina tenha acesso aos serviços essenciais, independentemente de sua origem, raça, gênero, escolaridade ou condição social. Para isso, implementaremos políticas públicas que assegurem a inclusão social e a equidade em todas as áreas, garantindo, como objetivo permanente, que os(as) rio-grandinos(as) sintam-se efetivamente acolhidos(as) e abraçados pela municipalidade.

A promoção dos direitos sociais, como princípio que nos move enquanto campo político na sociedade, ocorrerá de forma sustentável e responsável através do acesso à educação de qualidade, à saúde integral, à assistência social para os mais vulneráveis, entre outras políticas públicas. Investiremos nas escolas municipais, na capacitação dos(as) educadores(as) e funcionários(as) de escola, na melhoria dos recursos educacionais, com especial atenção às escolas em áreas socialmente vulneráveis, de forma integrada com os demais serviços públicos. Na saúde, fortaleceremos a prevenção e a atenção básica, assim como ampliaremos o acesso à saúde especializada, garantindo atendimento eficiente e humanizado para todos e todas, demandando dos governos federal e estadual a necessária contrapartida. A assistência social, por sua vez, será reforçada com programas de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo ações de segurança alimentar, de promoção da cidadania e autonomia, por meio do acesso da população aos programas sociais dos governos estadual e federal.

No âmbito dos direitos econômicos, buscaremos promover a geração de empregos dignos e de novas oportunidades de desenvolvimento humano para todos e todas, enquanto uma das mais importantes políticas públicas. Para a FRENTE POPULAR a principal política social será a implantação de um programa de desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, com fortalecimento da economia local e com a atração de novos

investimentos públicos e privados. Além disso, estimularemos a criação de micros e pequenos negócios e de cooperativas/associações para a geração de emprego e renda, principalmente nas comunidades socialmente vulneráveis. Implementaremos políticas de inclusão produtiva que visem o combate da informalidade e da superexploração do trabalho. Iremos criar um ambiente econômico inovador e inclusivo que promova novas oportunidades para que as pessoas da nossa comunidade possam prosperar e contribuir para o desenvolvimento do Rio Grande, seja como empreendedores(as), seja como trabalhadores(as) respeitados(as) em seus direitos.

Como dissemos, iremos adotar, também nos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, entre outros, as tecnologias da informação, a Inteligência Artificial, a telemedicina e demais inovações tecnológicas, pois são ferramentas com o potencial de transformar a qualidade, a eficiência e a eficácia, dos serviços oferecidos à população. A implantação dessas tecnologias nos permitirá superarmos barreiras na mobilidade, otimizarmos recursos públicos e oferecermos atendimento personalizado e de alta qualidade para as pessoas da nossa comunidade. Além disso, acreditamos ser possível investirmos em tecnologia, para ampliarmos os atendimentos por meio digital e, ao mesmo tempo, preservarmos a humanidade e o acolhimento nos serviços públicos presenciais.

Implementaremos também sistemas de gestão eletrônica que centralizem e integrem as informações relevantes dos serviços públicos, por meio de cadastro multifinalitário e georreferenciados, permitindo uma visão integrada das necessidades das pessoas e fortalecendo a coordenação eficiente e eficaz entre os órgãos municipais da área social. O cadastro municipal, multifinalitário e georreferenciado, reduzirá a burocracia e o tempo de espera pelos serviços, melhorando a experiência das pessoas com os setores públicos, assim como oferecerá à gestão de HALLEY e RENATINHO um quadro preciso e territorial de como o poder público municipal está atuando nas comunidades.

### **7.1. Políticas de segurança pública**

O art. 144 da Constituição Federal de 1988 definiu as competências das organizações existentes no país em relação à segurança pública, prevalecendo a interpretação equivocada de que a gestão do sistema estaria restrita à União e aos Estados. Aos municípios, erroneamente relegados a segundo plano, foi permitido constituírem guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações públicas. Hoje, temos a consciência como sociedade de que os problemas de segurança pública estão enraizados nos territórios municipais, principalmente nas áreas urbanas e, por isso, os municípios são os verdadeiros gestores da temática. Não tem sido diferente nas políticas públicas de educação, assistência social e saúde, onde os municípios têm papel fundamental no planejamento e execução.

Por esses motivos, o PRONASCI (Programa de Segurança Cidadã, 2007), do primeiro governo do presidente Lula, trouxe uma forte política de combate da criminalidade. O PRONASCI promoveu o município como um dos atores organizacionais e também a sociedade foi chamada a contribuir na construção das políticas públicas de segurança. Por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) os municípios ficaram incumbidos da tarefa fundamental de coordenar e organizar a segurança pública local, com a parceria dos órgãos policiais e entidades representativas da comunidade. Novas estratégias foram decorrentes desse primeiro passo, como a integração policial, os observatórios de segurança pública, os centros de comando e controle, a bolsa formação para os(as) servidores(as) da segurança, entre outras.

Em 2014, no primeiro governo Dilma Roussef, foi promulgada a Lei Federal nº 13.022, instituindo normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal. Era a ferramenta legal que faltava para os municípios poderem integrar as atividades de planejamento e execução da segurança pública. Por isso, o governo Alexandre Lindenmeyer sempre defendeu o conceito de que o município deveria ser o protagonista nas questões de segurança pública. E que as fiscalizações de trânsito, tributária e de posturas, com funções de polícia administrativa, deveriam atuar em sinergia com as demais estruturas da segurança pública.

Nesse sentido, a gestão de Alexandre Lindenmeyer e RENATINHO se inspirou diretamente na concepção de segurança pública dos governos Lula e Dilma, avançando na referida política, assim como na defesa civil e nas equipes de fiscalização, buscando promover um ambiente mais seguro e protegido para os(as) rio-grandinos(as). Uma política de segurança pública que, entre 2016 e 2020, enfrentou a agenda de destruição dos empregos dos(as) rio-grandinos(as) e dos gaúchos(as) pelos governos estadual e federal, conduzidos por MDB, PSDB e pelo bolsonarismo, pressionando os vetores sociais da violência urbana. Dessa forma, dois marcos foram importantes na gestão da FRENTE POPULAR entre 2013 e 2020: a criação da Polícia Comunitária e da Rondei – sendo a primeira uma política inovadora de integração entre a comunidade e as forças de segurança e a segunda dedicada a proteção do entorno das escolas municipais.

A Polícia Comunitária merece um destaque na história dos governos de Alexandre Lindenmeyer, pois foi um programa do governo Tarso Genro (PT, 2011-2014), por meio da parceria entre município e Estado, que promoveu a proximidade entre a comunidade e as forças de segurança, notadamente a Brigada Militar. Contudo, a Polícia Comunitária, um modelo cidadão de segurança pública, com resultados positivos em Rio Grande, foi descontinuada pelo governo de José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018), com o apoio do atual prefeito municipal, na época secretário estadual. A Rondei, por sua vez, instituída no segundo mandato da FRENTE POPULAR, foi fundamental para aumentar a segurança da comunidade escolar.

Nos governos de Alexandre Lindenmeyer ocorreu a aquisição de uma unidade móvel de monitoramento para a Guarda Municipal, a formação dos(as) guardas municipais e a nomeação de 42 novos(as) servidores(as), disponibilizando um importante reforço de efetivo. Cabe destacar ainda a implantação da Central Integrada de Comando e Controle (CICC), que permitiu o monitoramento contínuo das vias urbanas por meio de câmeras de vigilância, melhorando a capacidade de resposta dos órgãos de segurança pública. E, além disso, houve a criação do Observatório da Segurança Pública, outra inovação importante, proporcionando dados municipais detalhados e permitindo uma análise mais precisa da sua dinâmica social. As medidas mencionadas

reforçaram a capacidade da municipalidade de promover a segurança pública de forma integrada, demonstrando o compromisso do projeto popular e democrático com a melhoria da qualidade de vida e a proteção das comunidades.

Na área de proteção e defesa civil, a gestão demonstrou o forte compromisso social da FRENTE POPULAR na resposta da municipalidade à calamidade pública de 2015 (granizo e enchentes), apoiando a população rio-grandina. Em 2015, a aquisição de 26 mil telhas com recursos municipais foi crucial para o atendimento da população atingida por uma intensa chuva de granizo, fornecendo ajuda rápida e eficaz em um grave momento. Uma pronta resposta que ajudou a reconstruir as vidas afetadas e reforçou a confiança da população na capacidade da administração pública de gerenciar situações de emergência e calamidade. O que não ocorreu nas enchentes de 2024, demonstrando a incompetência e o descaso da administração atual.

Para aprimorar a fiscalização e proteger os direitos dos(as) consumidores(as) rio-grandinos(as) foi adquirida a unidade móvel para o PROCON municipal, facilitando o atendimento itinerante e aumentando o alcance dos serviços. Também foram nomeados(as) fiscais nas áreas de fiscalização de obras e de posturas, além de novos(as) auditores(as) fiscais e fiscais auxiliares no setor tributário. O fortalecimento das estruturas de fiscalização foi complementado com a aquisição de novas viaturas, equipamentos não-letais e de tecnologias da informação. O poder de polícia administrativa da municipalidade promoveu a proteção dos direitos da cidadania, dos(as) direitos dos(as) empreendedores(as) cumpridores(as) da lei, protegeu a competição justa entre iguais no comércio e serviços e salvaguardou o erário público, para a continuidade dos serviços e obras de interesse social.

Os dados sobre a violência em Rio Grande apontam para o grande desafio social à frente. Os números de homicídios de 2022, por exemplo, colocaram Rio Grande entre os 50 municípios mais violentos do Brasil, com taxa de 47,9 homicídios por 100.000 habitantes, segundo o Atlas da Violência 2024, elaborado pelo IPEA, com o apoio do Fórum Nacional de Segurança Pública. Mesmo após significativa redução em 2023, o número seguiu alto, próximo de 19 homicídios por 100.000 habitantes, dado que a ONU considera como aceitável a taxa de 10 homicídios por 100.000 habitantes. Para efeito de

comparação, o município de Pelotas, que possui 325.685 habitantes registrou taxa de 7,1 homicídios por 100.000 habitantes em 2022 e 2023. Nesse sentido, os números demonstram o fracasso da política de segurança do atual governo de Rio Grande, perfilando nosso município entre os mais violentos do Brasil em 2022 e com mais homicídios por 100.000 habitantes do que a nossa cidade vizinha, com maior população.

Para HALLEY e RENATINHO, a segurança pública continua sendo uma responsabilidade compartilhada entre União, Estado e município. E que a colaboração entre os diferentes níveis de governo será essencial para o enfrentamento dos desafios complexos da violência. Por isso, iremos RETOMAR a cooperação entre as forças de segurança municipais, estaduais e federais por meio do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), o que promoverá a troca de informações, a análise dos dados e a coordenação de operações conjuntas. A integração no GGI-M permitirá uma atuação mais eficaz das forças de segurança disponíveis e, dessa forma, respostas mais ágeis às situações de ameaça à segurança das pessoas.

Além disso, iremos RECONSTRUIR o sistema de monitoramento e vigilância, recuperando as câmeras de segurança que estiverem inativas para fortalecer o centro de comando e controle, permitindo respostas coordenadas das estruturas da segurança pública. O sistema será operado de maneira transparente e com rigoroso controle social, para que seja garantido o respeito à privacidade e aos direitos individuais das pessoas.

Ainda no campo das tecnologias e das ciências aplicadas, implantaremos uma articulação permanente para a realização de estudos técnicos sobre a criminalidade no território rio-grandino, em convênio com instituições públicas federais de pesquisa e ensino. A articulação fortalecerá o Observatório de Segurança Pública Municipal, para analisar e desenvolver políticas de segurança eficazes e integradas. O objetivo será criar um sistema de segurança baseado em dados concretos, para combater a violência e a criminalidade de forma científica.

Além disso, focaremos na proteção social das comunidades mais vulneráveis, pois a segurança pública vai além da repressão ao crime. Buscaremos as condições para implementar programas de policiamento

comunitário, onde os(as) agentes de segurança estarão mais próximos(as) da população, em contato com as necessidades das pessoas e construindo relações de confiança e cooperação. O policiamento comunitário será acompanhado de iniciativas de mediação de conflitos e promoção da cultura de paz, diretamente nos territórios onde vivem as pessoas, os bairros e vilas, visando a redução da violência a partir dos desafios sociais das comunidades.

Para garantir uma abordagem de segurança pública integrada com a comunidade, trabalharemos em estreita colaboração com escolas, centros de referência em assistência social, organizações comunitárias e entidades religiosas, criando uma rede de apoio que possa identificar e intervir preventivamente em situações de risco, principalmente entre crianças, adolescentes, jovens, mulheres e pessoas idosas. Fortaleceremos, em parceria com os demais entes federados, os serviços de atendimento às vítimas de violência, garantindo que recebam suporte psicológico, jurídico e social adequado. Além disso, promoveremos campanhas de conscientização sobre segurança pública comunitária, incentivando a participação da comunidade na construção de um ambiente mais seguro para todos e todas. As campanhas, que ocorrerão em todos os espaços da cidadania, abordarão temas como a prevenção ao uso de drogas, a violência doméstica, as violações aos direitos humanos e a importância de denunciar crimes e colaborar com as autoridades públicas.

O apoio à Patrulha Maria da Penha será fortalecido, com espaços de interação e conscientização sobre a violência doméstica, como seminários, palestras e encontros comunitários. A criação de uma estrutura física móvel para a Coordenadoria dos Direitos da Mulher permitirá a capacitação de equipes de servidores(as) no local de trabalho, assim como a utilização em campanhas voltadas para as mulheres das comunidades, ampliando a visibilidade e o alcance das campanhas de combate à violência. Atuaremos na prevenção e combate ao assédio sexual no transporte coletivo, com ações afirmativas e educativas. A Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e o atendimento 24h do Instituto Geral de Perícias (IGP) serão retomados. O aluguel social para mulheres vítimas de violência será defendido

e buscaremos as condições, junto aos governos estadual e federal, para o tratamento e a promoção da cidadania de mulheres dependentes químicas.

A FRENTE POPULAR reitera a convicção de que a violência não será combatida apenas com a repressão policial. Por isso, buscaremos as condições, em parceria com os demais governos, para implantarmos programas de prevenção que enfrentem as causas socioeconômicas da violência. O que incluirá a criação de oportunidades culturais, formativas, éticas e profissionais para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Buscaremos os recursos necessários para programas de reabilitação e reintegração social, auxiliando as pessoas e famílias a reencontrarem os caminhos para uma vida digna e produtiva.

O governo de HALLEY e RENATINHO se compromete com políticas públicas integradas e descentralizadas de educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, enquanto fundamentos da nova política de segurança pública, pois o desenvolvimento integral da nossa comunidade depende de ações coordenadas e abrangentes em todas as áreas sociais. A abordagem da FRENTE POPULAR está baseada na convicção de que as políticas públicas devem ser interdependentes e que os investimentos nas áreas citadas promovem benefícios para todo o tecido social, criando um ciclo virtuoso de bem-estar coletivo e de desenvolvimento humano. Por isso, a FRENTE POPULAR se posiciona contrária aos discursos de determinados grupos políticos que defendem a proliferação das armas como solução para a violência, instituindo o “cada um por si” e o “salve-se quem puder” como propostas de governo.

Iremos RETOMAR o projeto Rondei, em consonância com a proposta de policiamento comunitário com a qual nos comprometemos. Queremos que as escolas e os entornos sejam ambiente seguros, que protejam nossas crianças e adolescentes, educadores(as) e servidores(as). A comunidade escolar precisa voltar a confiar que as escolas municipais e estaduais estejam protegidas da criminalidade. Para tanto, contaremos com o apoio das demais forças de segurança, com o objetivo de atuar preventivamente e com o uso de inteligência.

A FRENTE POPULAR acredita que a Guarda Municipal precisa ser continuamente qualificada para se transformar em uma força de segurança

com capacidade de intervenção, para atuar fortemente ao lado das demais forças de segurança, principalmente no policiamento ostensivo. O que significa formação continuada, recomposição dos quadros, equipamentos adequados e estabelecimentos de protocolos transparentes de atuação na sociedade. Para tanto contaremos com recursos advindos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, assim como desenvolveremos um plano sustentável de recomposição e ampliação do quadro de servidores(as).

## **7.2. Promoção dos direitos humanos**

O governo da FRENTE POPULAR em Rio Grande, entre 2013 e 2020, priorizou a implementação de políticas públicas de promoção dos direitos humanos. A instituição das coordenadorias de Políticas sobre Drogas, de Políticas Públicas para as Mulheres, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades, de Políticas Públicas para os Povos Indígenas e de Promoção da Igualdade Racial, representou um marco na abordagem transversal das questões sociais no âmbito da gestão municipal. As coordenadorias possibilitaram a elaboração de políticas públicas com maior integração, garantindo uma atuação mais articulada com as necessidades da população rio-grandina.

A gestão da FRENTE POPULAR também focou na promoção da participação da sociedade civil e na implementação de novos conselhos municipais. A implementação do Conselho Municipal do Povo de Terreiro, do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, do Conselho Municipal dos Povos Indígenas e do Conselho Municipal de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas, representou a intensificação da participação democrática, assegurando que as vozes das diferentes comunidades fossem ouvidas nas decisões governamentais. Os conselhos criados e já existentes desempenharam um papel fundamental na formulação de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais.

As políticas públicas citadas evidenciaram o compromisso da administração do prefeito Alexandre e da FRENTE POPULAR com o fortalecimento da pauta dos direitos humanos. A efetivação de políticas sociais

integradas e a criação de estruturas participativas entre 2013 e 2020 demonstram o legado que HALLEY e RENATINHO incorporarão nos temas sociais, pois nutrem os mesmos valores de construção de uma cidade mais justa e acolhedora. A gestão de Alexandre Lindenmeyer deixou um legado importante de valorização da diversidade social e de proteção dos direitos fundamentais, defendendo o respeito a todas as pessoas.

O compromisso da FRENTE POPULAR com os direitos humanos continuará inabalável. A política de segurança pública, por exemplo, será desenvolvida com base no respeito aos direitos humanos e na promoção das políticas sociais, garantindo que todas as ações institucionais sejam conduzidas de acordo com os princípios constitucionais. Realizaremos capacitações contínuas com os profissionais de segurança, enfatizando a importância do respeito aos direitos humanos e do tratamento digno e respeitoso para com todas as pessoas da comunidade. A proposta do Policiamento Comunitário, expresso no presente programa de governo, traz a proteção e promoção dos direitos humanos como um dos seus fundamentos ético-políticos.

Falar em direitos humanos, para HALLEY e RENATINHO, também significa promovermos a qualidade de vida para todos e todas. Daremos atenção à infância, adolescência, juventude e às pessoas idosas, buscando garantir oportunidades de desenvolvimento humano e social para a comunidade. Para as crianças, continuaremos envidando esforços para seguir democratizando o acesso à educação infantil de qualidade. Também implementaremos projetos de formação continuada para educadores(as), monitores(as) e funcionários(as) de escola para a proteção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Além disso, criaremos as condições para a ampliação das atividades extracurriculares no contraturno que incluam esportes, artes e ciências, incentivando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais diversas.

A FRENTE POPULAR tem por princípio o combate às discriminações relacionadas a gênero, raça, região, classe social, entre outras, que persistem em nossa sociedade e limitam as oportunidades para a juventude. Para tanto, consideramos fundamental o debate público e a elaboração de políticas públicas específicas para a juventude rio-grandina. Nenhuma política

de promoção dos direitos humanos estará completa se os jovens não estiverem devidamente representados, tanto nas ações, quanto nas decisões municipais. Nesse sentido, a integração da juventude na estrutura da administração pública será essencial para garantir que as suas necessidades e aspirações sejam ouvidas. Para isso, a FRENTE POPULAR propõe a criação de uma coordenadoria própria para os(as) jovens rio-grandinos(as), para articular, de forma transversal, os temas pertinentes a essa parcela significativa da população. Também iremos propor a criação do Conselho Municipal da Juventude, com representações dos(as) jovens, entidades estudantis e de instituições de ensino, emprego, tecnologia, cultura, entre outras.

Para os(as) jovens desenvolveremos programas de capacitação profissional em parceria com demais governos, estadual e federal, com o objetivo de prepará-los para a cidadania plena e ativa. Estabeleceremos parcerias com instituições de ensino médio, técnico e superior, oferecendo cursos que atendam às demandas econômicas locais e que promovam a inovação tecnológica. Também apoiaremos iniciativas de empreendedorismo juvenil, fornecendo mentorias, recursos e espaços para que os(as) jovens possam desenvolverem seus próprios projetos e iniciativas. Será fundamental introduzirmos uma cultura de voluntariado em nossa juventude, com apoio de instituições e entidades da sociedade civil, tornando-os importante força de transformação social da nossa Rio Grande.

Acreditamos ser imprescindível acompanharmos a juventude em seu ingresso no mercado de trabalho. A política pública municipal buscará, junto aos demais órgãos públicos estaduais e federais, a proteção dos direitos trabalhistas da juventude. Nesse sentido, também será importante implementarmos projetos de capacitação profissional para reintegrar jovens egressos de casas penitenciárias e de reabilitação (FASE), após o levantamento das necessidades específicas. Um projeto social dessa natureza visa proporcionarmos oportunidades de ressocialização e de inclusão produtiva, para construirmos a cidadania desses(as) jovens e reduzirmos a reincidência.

A FRENTE POPULAR intentará criar espaços dedicados ao fomento das expressões culturais da juventude. Os espaços culturais, de esporte e lazer servirão como locais de encontro e produção intelectual e artística da

juventude, fomentando a criatividade e o talento dos(as) jovens rio-grandinos(as), assim como de toda a população. Na inovação tecnológica, os(as) jovens serão incluídos(as) nos programas de incubadoras de empreendimentos, em parceria com diferentes entidades e instituições públicas e privadas. A iniciativa visa fomentar o empreendedorismo jovem e a produção de emprego e renda, garantindo aos mais vulneráveis o suporte técnico e os recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos liderados por jovens.

Para HALLEY e RENATINHO o desenvolvimento econômico será uma fonte importante para a geração de empregos e renda para a juventude rio-grandina. Nesse sentido, será necessário incentivarmos a constituição de cooperativas e associações de jovens, não de forma exclusiva, para o recolhimento, processamento e comercialização dos resíduos recicláveis, promovendo também a sustentabilidade ambiental. A juventude será mobilizada para atuar no projeto de reposicionamento do Rio Grande no tema das mudanças climáticas, de forma política, mas também como geradora de renda e emprego. Além disso, o cooperativismo/associativismo pode ser um modelo para diferentes projetos voltados para o desenvolvimento do emprego e da renda entre os(as) jovens.

As propostas de HALLEY e RENATINHO para juventude rio-grandina refletem o seu compromisso com o futuro do Rio Grande. A FRENTE POPULAR visa a criação de um ambiente de inovação, onde todos(as) possam alargarem seus potenciais, exercendo a cidadania plena e contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico do município. Nesse sentido, a integração da juventude nos espaços de formulação das políticas públicas e a criação de programas e projetos inclusivos serão essenciais para construirmos um futuro mais justo e equitativo para todos e todas.

No governo da FRENTE POPULAR as pessoas idosas terão atenção especial nas políticas públicas, com a criação da Coordenadoria dos Direitos da Pessoa Idosa, fortalecendo as políticas públicas, em parceria com entidades e instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de atividades recreativas, esportivas, culturais e educativas. Criaremos as condições para a construção de programas de saúde preventiva para as pessoas idosas, além de facilitarmos o acesso aos serviços de educação e assistência

social. Incentivaremos a participação ativa das pessoas idosas na comunidade rio-grandina, valorizando as experiências de vida e os conhecimentos construídos. Em síntese, será necessário adaptarmos as estruturas e os serviços públicos municipais para acompanharmos as mudanças demográficas em curso.

Para as pessoas com deficiência iremos consolidar a atenção integral à saúde, com base na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), garantindo um atendimento público humanizado. O que inclui implementarmos uma política de saúde bucal específica para as pessoas com deficiência e altas habilidades, garantindo acesso a cuidados dentários de qualidade. Além da implantação de equipes multiprofissionais em saúde para o atendimento das pessoas com deficiência da infância até a fase adulta/idosas. A promoção da saúde integral às pessoas com deficiência também significa o atendimento da anemia falciforme e a garantia de serviços de alta complexidade, envolvendo as demais esferas de governo.

Precisamos estruturar o planejamento e a execução das políticas públicas para a comunidade surda, garantindo que os direitos sejam promovidos e respeitados. O que inclui capacitarmos os(as) servidores(as) municipais na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), principalmente aqueles(as) atuantes nas políticas sociais, como saúde, educação e assistência social, para garantirmos um atendimento adequado e inclusivo para as pessoas surdas.

No campo dos empregos e da renda, a FRENTE POPULAR organizará o ACESSUAS também para implementar políticas públicas de inclusão produtiva das pessoas com deficiência e altas habilidades no mercado de trabalho. Para tanto, precisamos garantir a existência de estruturas físicas e digitais que facilitem e encaminhem as pessoas com deficiência para oportunidades de emprego, promovendo a cidadania plena dessa população.

Nesse sentido, HALLEY e RENATINHO propiciarão um amplo debate na sociedade sobre a cidadania das pessoas com deficiência e altas habilidades. Pois, no quadro da RECONSTRUÇÃO das políticas públicas, buscaremos fortalecer a Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades e os conselhos municipais,

estabelecendo protocolos específicos de atendimento para o referido público nos diferentes serviços municipais.

A Coordenadoria Municipal das Mulheres será RETOMADA e qualificada para efetivar políticas públicas inclusivas para as mulheres do Rio Grande, principalmente as mais vulneráveis socialmente. O que inclui programas e projetos de geração de emprego e renda, economia solidária e ações voltadas para o protagonismo feminino em todas as áreas da gestão pública e da iniciativa privada. A Coordenadoria, retomada e reestruturada, também trabalhará para a efetivação da igualdade de gênero e o combate às diversas formas de violência contra as mulheres. O que também ocorrerá por meio de programas/projetos já existentes, como a Rede Lilás e a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A Rede de Doulas no município também será fortalecida, valorizando a importância do trabalho dessas profissionais.

A FRENTE POPULAR instituirá um protocolo municipal para a promoção da igualdade de gênero, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5, da ONU. O protocolo promoverá ações de combate as violências, preconceitos e discriminações de gênero, com objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Seminários intersetoriais serão realizados para construir uma cultura de igualdade de gênero, com foco na qualificação profissional e uso de tecnologias de informação. Buscaremos as condições para a criação de um programa municipal destinado à geração de emprego e renda para as mulheres. Nesse programa, construiremos políticas específicas para mulheres de comunidades tradicionais e originárias, respeitando suas culturas e saberes. Além disso, promoveremos o resgate de ações como "Mulheres na Pesca", valorizando saberes tradicionais e fomentando redes de conversa e escuta para desenvolver políticas públicas em defesa das mulheres pescadoras.

### **7.3. Cultura, esporte, lazer e bem-estar**

#### **7.3.1. Os legados da Frente Popular**

A gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer alavancou projetos culturais e revitalizações de espaços públicos que beneficiaram a população rio-

grandina. A revitalização do Rincão da Cebola, com adequações no projeto original, proporcionou uma estrutura de lazer e convívio para as pessoas, além de valorizar a orla do município. Paralelamente, a qualificação da Praça do Bairro Bolaxa e a primeira etapa da revitalização da orla da rua Henrique Pancada melhoraram os espaços públicos de convivência social. A criação do multipalco da cultura, também na rua Henrique Pancada, proporcionou um novo espaço para apresentações culturais, também valorizando a orla municipal. Hoje, os espaços públicos precisam ser RETOMADOS do abandono, principalmente em nossos bairros e vilas.

A implantação do Projeto Verão Cultural no Balneário Cassino propiciou uma agenda de atividades culturais e de lazer para o veraneio dos(as) rio-grandinos(as) e dos(as) turistas. Ao mesmo tempo, o projeto Quitanda Cultural, na Praça Xavier Ferreira revitalizada, fortaleceu a economia solidária, os artistas locais e apoiou os(as) trabalhadores(as) do artesanato, envolvendo dezenas de pequenos(as) empreendedores(as). Ainda no Centro Histórico, a reforma e revitalização do Mercado Público Municipal, financiada com recursos próprios e do Fundo do Mercado Público, providenciou a manutenção e a qualificação desse importante espaço histórico, cultural e comercial. A área central do município também foi impulsionada pela realização da primeira Festa do Mar em praça pública, sem a cobrança de entradas, fomentando o comércio no entorno do Centro Histórico e viabilizando momentos de cultura e lazer para uma população que buscava comemorar a superação coletiva dos estragos produzidos pelo granizo e enchentes em 2015.

No campo esportivo, a construção do Centro de Esporte e Cultura, o CEU Jockey Club, no Bairro Rural, foi um investimento importante para a comunidade local, oferecendo uma estrutura adequada para o atendimento das necessidades de cultura e esporte, principalmente de crianças, adolescentes e jovens. Com um investimento de R\$ 3,8 milhões, o Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), no Bairro Parque Marinha, representou novas oportunidades para a prática de diversas modalidades esportivas. A construção da pista de skate no Balneário Cassino também ofereceu um novo espaço de prática esportiva para crianças, adolescentes e jovens.

A gestão da FRENTE POPULAR também demonstrou o compromisso com a arte e a cultura locais. O programa Pró-Cultura lançou editais para apoiar artistas e produtores locais, incentivando diferentes manifestações culturais do município. Além disso, o projeto Arte na Parada, com intervenções de arte em pontos de ônibus, trouxe a cultura para o cotidiano dos(as) rio-grandinos(as). A gestão de Alexandre Lindenmeyer estimulou a cultura produzida pelos(as) rio-grandinos(as), o que voltaremos a fazer a partir de 2025, com o apoio da iniciativa privada e dos governos estadual e federal.

Além disso, a gestão da FRENTE POPULAR apoiou de forma decisiva o Movimento Tradicionalista em Rio Grande, tornando possível a realização de atividades artísticas importantes no município. As ações implementadas em parceria com as entidades tradicionalistas, possibilitaram a expressão artística das comunidades, com especial destaque para os jovens tradicionalistas.

### 7.3.2. Cultura para todas as pessoas

A FRENTE POPULAR compreende a cultura como tudo aquilo que é produzido por homens e mulheres em um determinado tempo e espaço. Sendo viva, a cultura é reflexo e antirreflexo de uma sociedade em constante transformação e movimento. Dessa maneira, entendemos que a arte e a memória são aparatos dessa cultura, que pode domesticar ou transformar, tendo um papel fundamental, que só ela é capaz de desempenhar. A arte humaniza quem faz e quem vê. É troca direta entre obra e receptor. E ela muda as pessoas. E pessoas, que se expressam, são mais livres e muito mais propícias de fazer da sociedade um lugar mais justo e humano.

Ciente disso, o governo do presidente Lula reabriu as portas do Ministério da Cultura e tem desenvolvido ações de reformulação e RECONSTRUÇÃO de políticas públicas de fomento à criação, à produção e à circulação da arte brasileira. Com tais iniciativas, o governo federal busca garantir dignidade aos artistas, valorizar as manifestações e festas populares, cuidar dos povos originários (reabre Fundação Palmares) e formar plateias, fazendo o Brasil feliz de novo.

Com o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura se torna possível sonharmos com um Brasil colorido, plural e cheio de espaços culturais democratizados, transversais e transformadores. Assim, a FRENTE POPULAR defende recolocar o município do Rio Grande no caminho de estreitar os laços com o governo federal, buscando ter uma Secretária de Cultura preparada e engajada na missão de acessar recursos oriundos de leis e editais públicos estaduais e federais.

Para tanto, o governo HALLEY e RENATINHO se empenhará para investir na valorização e preservação do patrimônio cultural local, promovendo festivais, exposições, concursos e eventos que celebrem a diversidade sociocultural e a história do Rio Grande. Buscaremos as condições, ao lado da iniciativa privada, para apoiar artistas e grupos culturais locais, por meio de espaços adequados e editais públicos e privados que disponibilizem recursos para a realização das atividades culturais. A cultura será vista como um direito da comunidade e uma ferramenta de inclusão social e econômica, fomentando o acesso da população aos bens e manifestações culturais.

Buscaremos RETOMAR o carnaval do Rio Grande, com o fortalecimento das escolas de samba e o resgate do carnaval de rua diurno no bairro Centro, além da valorização do Carnaval da Ilha da Torotama, do Povo Novo e Vila da Quinta. Assim como a retomada do samba no Mercado Público, fortalecendo a presença popular e cultural no prédio histórico. A FRENTE POPULAR trabalhará para salvaguardar a memória do samba e do sopapo no município. O que também significa instituir políticas públicas voltadas para a memória da cultura negra, quilombola e indígena em nosso município.

No campo dos editais, por meio do Pró-cultura ou outros, serão vários os objetivos do financiamento público: a) a formação, montagem, fruição e circulação de espetáculos de artes cênicas e música; b) a promoção de atividades de ensino, pesquisa e formação, resultando em eventos de exposição e apresentações artísticas; c) a circulação de artistas, exposição e apresentações em bairros e zonas rurais; d) iniciativas locais de economia da cultura, sejam elas de comunicação, atividades artísticas, artesanato e saberes tradicionais; e) a promoção das manifestações da cultura urbana, como rap, hip hop, funk, entre outros; f) ações afirmativas no campo dos direitos humanos; g)

o apoio cultural ao movimento tradicionalista gaúcho em Rio Grande, qualificando as parcerias implementadas entre 2013 e 2020.

Iremos buscar os recursos públicos e privados necessários, junto a instituições parceiras, para a implementação de um Cineclube itinerante em Rio Grande, com a circulação nos diversos bairros, desenvolvendo a cultura cinematográfica brasileira, fomentando reflexões críticas, contribuindo para formar cidadãos conscientes e engajados com a realidade do país e do município.

Será preciso reorganizarmos os cadastros e as informações sobre as atividades culturais em Rio Grande, qualificando a intervenção da Secretaria Municipal da Cultura. O que significa RETOMAR: o Sistema Municipal de Museus; o Mapeamento Cultural, iniciado no governo do Prefeito Alexandre Lindenmeyer, para identificar os(as) artistas, produtores(as) e trabalhadores(as) da cultura do município; criar as condições, por meio de parcerias, para qualificar a infraestrutura dos espaços culturais públicos existentes no município, como o Teatro Municipal, a Estação Cidadania, o Palco Elisa Calvete, o Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen e o Palco Bebeco Garcia; além de digitalizar e disponibilizar os acervos do município para acesso público, estimulando estudos e pesquisas.

Outras ações serão importantes, como: a qualificação da gestão da Escola de Belas Artes Heitor de Lemos; a retomada do Quiosque da Cultura; a regulamentação do Patrimônio Cultural do município; o fomento à valorização e difusão da cultura das comunidades tradicionais, interioranas e originárias; o estímulo aos inventários populares e participativos; fortalecer a comercialização do artesanato em feiras públicas; apoiar associações, cooperativas e empreendimentos de economia solidária; identificar as práticas desportivas tradicionais; aliar políticas de turismo e de cultura; registrar ações afirmativas nos editais e políticas de cultura; entre outras ações, que serão discutidas com a comunidade rio-grandina.

Cabe ainda destacar que a FRENTE POPULAR fortalecerá as ações na área da cultura em conformidade ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), com a implementação do Cultura Viva no município, reconhecendo e valorizando culturas de base comunitária, também por meio de parcerias com

Pontos de Cultura atuantes e reconhecidos na Plataforma Rede Cultura Viva. Além disso, trabalharemos no reconhecimento dos Pontos de Cultura através de editais e/ou de Certificação Simplificada de entidades e coletivos culturais que desenvolvem atividades em suas comunidades, de acordo com os objetivos e diretrizes da Plano Nacional Cultura Viva (PNCV), consolidada como política pública de Estado através da Lei 13.018/2014.

### 7.3.3. Direito ao lazer nos espaços públicos

O esporte e o lazer serão valorizados na administração de HALLEY e RENATINHO, com a revitalização e construção de quadras e espaços de lazer nas regiões mais vulneráveis da nossa Rio Grande. O lazer será integrado à política de saúde pública, reconhecendo seu papel na promoção do bem-estar físico e mental da população. Para tanto, precisaremos criar as condições para recuperar do abandono os locais de lazer das famílias rio-grandinas, integrando áreas de convívio com os *pets*. As praças públicas terão uma atenção especial em nossa gestão, iniciando por aquelas localizadas entre os bairros e as três principais, Praça Tamandaré, Praça Xavier Ferreira e Praça Saraiva. Iremos RECONSTRUIR e DEVOLVER os espaços públicos aos(as) rio-grandinos(as).

Os espaços públicos na gestão da FRENTE POPULAR serão locais de cultura, esporte e lazer para a comunidade, onde as famílias rio-grandinas possam sentir-se seguras, com diversidade de produtos e serviços para o consumo, estimulando o empreendedorismo dos(as) micro, pequenos(as) e médios(as) empresários(as). Além dos investimentos públicos, estabeleceremos modalidades de investimentos privados que, por um lado, deverão gerar empregos e renda e, em contrapartida, promoverão a melhoria e a manutenção dos espaços frequentados pelos(as) rio-grandinos(as). Iremos licitar locais nos espaços públicos para a geração de renda, mantendo o acesso democrático e livre das pessoas.

Profissionalizaremos o paisagismo e os investimentos no mobiliário das praças, garantindo à população áreas confortáveis, agradáveis e seguras, principalmente com relação às crianças. Nesse sentido, será

necessário estabelecer um protocolo municipal de paisagismo das áreas públicas, padronizando e profissionalizando as intervenções do município nos espaços de lazer, como as praças públicas. O que também exigirá uma permanente política municipal de arborização e manutenção, com campanhas de conscientização sobre a preservação e cuidado com as árvores plantadas nessas áreas.

A FRENTE POPULAR também implementará campanhas municipais de conscientização para combater os vandalismos e as depredações dos monumentos, prédios históricos e áreas públicas revitalizadas. As depredações produzem prejuízos ao erário público e dificultam a política de valorização dos espaços de lazer. Além das campanhas, também envidaremos esforços para instalar câmeras de vigilância próximas aos espaços públicos. Contudo, a melhor solução para a destruição do patrimônio público continua sendo a conscientização e a educação patrimonial da população rio-grandina.

#### 7.3.4. O esporte e a qualidade de vida

O governo de HALLEY e RENATINHO investirá na qualificação das estruturas esportivas por meio da captação de recursos públicos e de parcerias com setores privados, reconhecendo o esporte como um elemento fundamental para a saúde, a educação e a coesão social. Nos comprometemos com a revitalização dos espaços esportivos existentes, como quadras, campos de futebol, pistas de atletismo e ginásios poliesportivos, garantindo que estejam adequadamente equipados. Além disso, fortaleceremos a parceria entre as comunidades de esportistas e as empresas para o fomento do esporte e o cuidado dessas áreas. Queremos desenvolver o potencial esportivo dos(as) rio-grandinos(as), incentivando os talentos locais e garantindo que as pessoas, independentemente de sua idade, gênero, raça ou condição social, tenham acesso a instalações adequadas e programas esportivos inclusivos. Por isso, mobilizaremos investimentos públicos e privados que fortaleçam a vocação esportiva da nossa Rio Grande. Nesse sentido, teremos relação permanente com os programas e projetos desenvolvidos no Ministério dos Esportes, do

governo do presidente Lula, trazendo para Rio Grande os investimentos necessários para alavancarmos as políticas públicas no setor.

Desenvolveremos parcerias com os governos estadual e federal, com empresas locais e organizações não-governamentais para financiar e gerir os projetos esportivos. As parcerias permitirão a captação de recursos adicionais e a implementação de programas esportivos inclusivos, principalmente nas comunidades mais vulneráveis. Construiremos incentivos fiscais para empresas que investirem em projetos esportivos comunitários, estimulando o setor privado a se envolver ativamente no desenvolvimento esportivo dos(as) rio-grandinos(as).

Além de melhorar a infraestrutura e fortalecer o financiamento das atividades desportivas, buscaremos a formação e capacitação dos profissionais do esporte, incluindo treinadores(as), árbitros(as) e professores(as) de educação física, principalmente aqueles(as) vinculados(as) ao esporte educacional e inclusivo. Ofereceremos cursos de qualificação e programas de atualização, em parceria com instituições de ensino e federações esportivas, sobretudo para apoiar os(as) profissionais que orientam e incentivam nossas crianças, adolescentes e jovens para a prática esportiva.

Além disso, HALLEY e RENATINHO incentivarão a inclusão no esporte de todos(as) que desejarem, garantindo que pessoas com deficiência, altas habilidades e idosas tenham acesso a instalações adaptadas e projetos que atendam às suas necessidades específicas. Trabalharemos para eliminar barreiras e promover a igualdade de oportunidades também no esporte, criando um ambiente democrático onde todos(as) possam participar e se beneficiar dos valores esportivos. O que será possível por meio de parcerias com entidades e instituições, assim como através do financiamento de projetos pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

#### **7.4. Assistência social para cuidar das pessoas**

A gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer fez investimentos importantes na área da assistência social, promovendo avanços para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Uma das

principais iniciativas foi a criação do Restaurante Popular, que serviu mais de 60.000 refeições para pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Além disso, em resposta à pandemia do COVID-19, o governo municipal distribuiu 21.500 cestas básicas em 2020, enquanto compromisso contínuo em atender às necessidades emergenciais da população mais afetada pela crise sanitária, social e econômica. Essas ações foram fundamentais para garantir a segurança alimentar de milhares de famílias rio-grandinas, principalmente nos momentos de maior vulnerabilidade da população.

Além disso, houve a ampliação dos atendimentos nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), passando de 6.399 em 2013 para 24.938 em 2020. A expansão foi fundamental para fornecermos suporte e serviços públicos às famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo o acesso aos programas sociais e de transferência de renda. A expansão dos serviços de assistência social qualificou o atendimento às comunidades, oferecendo apoio psicossocial, orientação familiar, fortalecimento dos vínculos comunitários, inclusão produtiva e encaminhamentos das pessoas para outros serviços municipais, estaduais e federais.

O serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também teve um crescimento importante no governo da FRENTE POPULAR, com o número de atendimentos aumentando de 920 em 2013 para 10.123 em 2019. O referido serviço desempenhou um papel fundamental para a promoção do cuidado das famílias rio-grandinas, fortalecendo os laços comunitários e familiares, assim como a proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas. A ampliação do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foi essencial para prevenirmos as consequências familiares das situações de vulnerabilidade social.

Os atendimentos no Centro-Pop, dedicado a população em situação de rua, também foram ampliados, passando de 1.514 em 2014 para 11.849 em 2019. O aumento representa o compromisso permanente da gestão da FRENTE POPULAR em oferecer suporte integral aos grupos sociais mais vulneráveis da sociedade rio-grandina, proporcionando serviços de acolhimento, alimentação, higiene pessoal e encaminhamentos para a reintegração social. O

fortalecimento do Centro-Pop foi um passo importante para garantir que as pessoas tivessem acesso a uma rede de proteção social.

Pode-se afirmar, inclusive, que os aumentos nos atendimentos da assistência social revelam, além do compromisso do governo Alexandre Lindenmeyer com os direitos humanos, também o crescimento da vulnerabilidade social após o Golpe de 2016 e da desativação da indústria naval, com quedas nos níveis de emprego e renda. O projeto destruidor de MDB e PSDB nos níveis federal e estadual, que abriu caminho para o crescimento da extrema-direita, produziu suas consequências na sociedade rio-grandina, o que exigiu uma resposta humanitária e inclusiva do governo da FRENTE POPULAR.

Os esforços da gestão de Alexandre Lindenmeyer resultaram no fortalecimento do SUAS em Rio Grande, tornando-o capaz de fornecer suporte de qualidade às famílias mais vulneráveis. A ampliação e melhoria dos serviços de assistência social e a implementação de novas iniciativas demonstraram o compromisso político dos governos progressistas com a justiça social e os direitos humanos, buscando assegurar que mais pessoas da nossa comunidade tivessem acesso aos recursos para uma vida mais digna. Na gestão HALLEY e RENATINHO seguiremos e aprofundaremos o legado do governo Alexandre Lindenmeyer.

No sentido desse legado no campo da assistência social, continuaremos qualificando, de forma sustentável, os serviços de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, potencializando os resultados dos programas sociais e de transferência de renda, de segurança alimentar, de fortalecimento de vínculos, habitacionais, entre outros. Os centros de assistência social, descentralizados, continuarão garantindo que os serviços, programas, projetos e ações públicas estejam permanentemente acessíveis para todas as pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, trabalharemos para fortalecer a rede de proteção e apoio social, integrando e articulando entidades e instituições públicas e privadas, assim como os demais serviços públicos municipais, para que nenhum(a) rio-grandino(a) seja abandonado a própria sorte.

Adotaremos uma abordagem participativa na formulação e implementação das políticas de assistência social, ouvindo as demandas da

população, trabalhando em conjunto com associações comunitárias, ONGs, escolas, instituições religiosas, conselhos municipais, filantropias e outras instituições e entidades locais. Os conselhos municipais serão respeitados, enquanto estruturas de gestão, participação e controle social que constituem o Sistema Único de Assistência Social. A gestão da FRENTE POPULAR nos serviços de assistência social e cidadania será marcada pela integração, transparência, modernização e eficiência, como serão os demais serviços públicos municipais, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e que os resultados das políticas sejam monitorados e avaliados continuamente pela sociedade rio-grandina e os conselhos municipais.

#### **7.5. Nosso compromisso com a saúde integral das famílias rio-grandinas**

Durante a gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer, a saúde pública municipal teve o maior avanço da sua história recente, refletindo o compromisso do governo da FRENTE POPULAR com a melhoria dos serviços públicos. Todas as áreas da saúde municipal receberam investimentos e ampliaram seu atendimento à população. Se hoje as pessoas da nossa comunidade manifestam, com razão, os retrocessos na área da saúde pública é porque tiveram a experiência com a nossa gestão, que respeitou e protegeu a vida da população.

Um dos destaques do período 2013-2020 foi o aumento nos atendimentos das farmácias municipais, que passaram de 142.634 em 2013 para 534.522 em 2019. A ampliação foi possível pela expansão dos horários de funcionamento, pela criação de uma nova farmácia na Vila da Quinta e pela contratação de novos(as) médicos(as), garantindo maior disponibilidade de prescrições e medicamentos para a comunidade. O setor de saúde mental também ampliou atendimentos, com aumento de 20.010 para 44.092 no período, refletindo a atenção do município às necessidades da população nessa área. Além disso, ocorreu a ampliação do quadro de trabalhadores(as) da saúde, de 826 em 2013 para 1.121 em 2020, reforçando ainda mais o SUS no município.

A Estratégia Saúde da Família (ESF), prioridade na gestão da FRENTE POPULAR, também passou por uma importante expansão. Os atendimentos da ESF cresceram de 369.365 em 2013 para 532.613 em 2019 e a população coberta praticamente dobrou, abrangendo 168.804 pessoas em 2020, em comparação aos 83.490 de 2012. O crescimento da cobertura foi fundamental para qualificar a atenção básica e preventiva, aproximando os serviços de saúde das famílias e comunidades. Paralelamente, os atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) também aumentaram, de 310.050 em 2013 para 607.986 em 2020.

A qualificação das estruturas das UBS Armando Gatti e UBSF Luiz Gonzaga Dora e a construção das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) do Cassino e Junção também contribuíram para a ampliação da capacidade de atendimento e melhoraram a infraestrutura de saúde no município. As construções das UPAs, com investimento de R\$ 6,6 milhões, foram fundamentais para o fortalecimento do SUS durante a pandemia de COVID-19. Ocorreram também as reformas nas UBSs São Miguel II, Torotama, Povo Novo, Domingos Petrolina e do Posto IV no Canalete. Recentemente, a gestão atual finalizou, com atraso, a construção da UBSF do Bolaxa. Os investimentos relatados demonstram o compromisso dos governos democráticos e populares com a saúde das nossas comunidades.

A intervenção municipal na Associação de Caridade Santa Casa (ACSC), ocorrida em 2015 e endossada pelos órgãos de controle, foi acompanhada pela transferência de R\$ 10 milhões, vindos dos cofres municipais, e o aumento total de repasses financeiros do município à instituição, totalizando R\$ 42,9 milhões no final do período. A intervenção literalmente salvou a instituição, a comunidade rio-grandina e a região do risco de perderem referências em saúde como oncologia, traumatologia, nefrologia, entre outras. Sucateadas pelo governo de José Ivo Sartori (MDB), as Santas Casas gaúchas, entre elas a rio-grandina, denunciaram a situação de penúria a qual estavam sendo submetidas pelo Estado, como se observa no comunicado à sociedade gaúcha: “a Federação das Santas Casas estima que o atraso de repasses de verbas estaduais a hospitais reduzirá em mais de 4,6 milhões o total de

atendimentos em 2015 no estado, na comparação com 2014”<sup>1</sup> (G1, 13/05/2015). Mesmo com a intervenção, o sucateamento das Santas Casas, promovido pela gestão do MDB no Estado, trouxe graves riscos para a comunidade rio-grandina, da região e gaúcha.

O governo da FRENTE POPULAR demonstrou compromisso com a saúde pública ao aplicar recursos acima dos 15% estabelecidos pela Constituição Federal. Entre educação e saúde foram investidos, acima dos mínimos constitucionais, mais de R\$ 183 milhões, sublinhando o empenho da gestão para ampliar o bem-estar e o desenvolvimento social, econômico e cultural da população. Os investimentos extraordinários ampliaram a capacidade de atendimento da Atenção Básica e melhoraram a qualidade dos serviços públicos, assim como garantiram um sistema mais robusto para enfrentar os desafios que a indústria naval representaria para as estruturas municipais, principalmente entre 2013 e 2016, antes do Golpe. A gestão de Alexandre Lindenmeyer preparou os serviços de saúde pública para os efeitos sociais da indústria naval aquecida, principalmente o crescimento populacional.

A qualificação da saúde pública, portanto, é uma dimensão fundamental do compromisso de HALLEY e RENATINHO com os(as) rio-grandinos(as). Nesse sentido, implementaremos políticas de saúde integral que articulem e qualifiquem programas e projetos de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento. Nosso foco será a ampliação sustentável da qualidade, eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à população, fortalecendo a resolutividade do sistema para melhor atender nossos bairros, garantindo que todos e todas tenham acesso aos cuidados de saúde, principalmente na área da prevenção.

A Estratégia Saúde da Família (ESF), que recebeu consideráveis recursos durante o governo de Alexandre Lindenmeyer, dobrando a população coberta por essa política pública, será agora RETOMADA objetivando sua qualificação, fortalecimento e articulação com os demais serviços e programas sociais. Para tanto, buscaremos criar as condições para que todas as regiões do município, prioritariamente as áreas mais vulneráveis,

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/governo-descarta-pagamento-total-de-divida-santas-casas-do-rs.html>

tenham acesso a equipes de saúde completas. A continuidade da expansão da ESF se dará de forma planejada e fundada na avaliação dos serviços prestados nas diferentes unidades de saúde, considerando as mudanças demográficas em curso.

Empreenderemos esforços concretos para investir na qualificação das UBSs, UBSFs e UPAs, com o apoio do Governo Federal e do Dep. Alexandre Lindenmeyer, reformando, ampliando e equipando-as com os recursos necessários para oferecer um atendimento adequado à população. É possível, em curto prazo, investirmos fortemente nas estruturas das unidades de saúde, considerando que em 2024, somente o Dep. Alexandre Lindenmeyer destinou mais de R\$ 9 milhões em emendas para a saúde municipal. Além disso, nossos(as) trabalhadores(as) da saúde receberão formação continuada, assegurando que estejam sempre atualizados com as melhores práticas de atendimento e acolhimento da população. Os investimentos, portanto, devem abranger as estruturas, mas sobretudo a qualificação dos(as) servidores(as) da saúde.

Na prevenção, intensificaremos as campanhas de educação ambiental e em saúde que abordem temas como nutrição, atividade física, prevenção de doenças crônicas, saúde mental, prevenção de doenças transmissíveis, entre outras. Os projetos de educação em saúde, em parceria com a SMED e SMCAS, serão realizados em escolas, centros de referência em assistência social, comunidades, locais de trabalho, templos e casas religiosas, promovendo hábitos saudáveis e conscientizando a população sobre a importância das ações preventivas. Combateremos as *fakes news* na área da saúde para garantir que todas as pessoas, de todas as idades, tomem as vacinas necessárias e recomendadas pelos organismos nacionais e internacionais, enquanto estratégia de prevenção em saúde.

No tratamento, será necessário articularmos com os governos federal e estadual a qualificação da atenção especializada, garantindo que os(as) rio-grandinos(as) tenham acesso a consultas, exames e tratamentos de média e alta complexidade. É preciso combater, de forma tripartite, as filas nos serviços especializados, com a ampliação da oferta de atendimentos nas referências, como cardiologia, oncologia, ortopedia, saúde mental, entre outras.

Trata-se de uma meta a ser perseguida com empenho, exigindo trabalho em conjunto com os demais entes federados. Nesse aspecto, o Hospital Universitário (HU/Furg) e a ACSC serão fortemente defendidos por HALLEY, RENATINHO e o Dep. Alexandre Lindenmeyer junto aos governos do Estado e federal, buscando garantir o financiamento adequado para as instituições de saúde.

Precisamos criar as condições para intensificar e qualificar os atendimentos oftalmológicos e odontológicos, atuando em parceria com os governos estadual e federal. Iremos acessar todos os recursos nacionais e internacionais disponíveis, em diferentes programas e projetos, assim como emendas parlamentares, para fortalecermos a estrutura de atendimento nessas áreas, pois comprometem a qualidade de vida das pessoas. Na oftalmologia, tratamentos preventivos evitam danos permanentes à visão das pessoas; na odontologia, por sua vez, os tratamentos dentários impactam positivamente na qualidade de vida e antecipam o diagnóstico de doenças graves, além de contribuírem para a elevação da autoestima das pessoas.

O acompanhamento continuado dos(as) pacientes será uma parte fundamental da política de saúde integral da FRENTE POPULAR. Como já mencionamos, a telemedicina será fundamental para o fortalecimento de programas de monitoramento e acompanhamento de doenças mentais e crônicas, como diabetes, hipertensão, entre outras, oferecendo suporte contínuo e personalizado para os(as) rio-grandinos(as). A qualificação da estrutura tecnológica da Prefeitura Municipal, aplicada aos serviços de saúde, tem o potencial de produzir efeitos benéficos para a população, principalmente no acompanhamento e monitoramento, como já ocorre em outras localidades e países, reduzindo as filas nas unidades e ampliando a conveniência para pacientes e sua adesão aos tratamentos.

As ciências da mente já provaram que as redes sociais, ditando padrões de beleza, de consumo e de sucesso pessoal, assim como disseminando desinformações sobre diferentes temas, estão comprometendo a saúde mental das pessoas, incluindo os(as) rio-grandinos(as). O adoecimento mental causado pelas redes sociais está afetando todas as faixas etárias, mas tem seus efeitos mais nefastos entre crianças, adolescentes e jovens. Mas não

somente as redes sociais estão contribuindo para o adoecimento mental da população, pois vivemos em uma sociedade marcada por preconceitos, exclusão social, carestias, entre outros males sociais, econômicos, ambientais e políticos que também afetam a saúde mental das pessoas. O abandono dos nossos bairros e vilas pelo atual governo municipal também tem contribuído para o adoecimento mental da nossa população. Por isso, será fundamental qualificarmos os serviços de saúde mental prestados à população, garantindo que as pessoas que precisarem tenham acesso aos serviços de apoio e tratamento. Será fundamental ampliarmos as campanhas de conscientização sobre a importância da saúde mental, combatendo os estigmas associados aos transtornos mentais, incentivando a busca por ajuda e apoio de especialistas.

A gestão de HALLEY e RENATINHO envidará esforços para fortalecer as políticas específicas para as mulheres, crianças, pessoas com deficiência e altas habilidades, comunidade LGBTQIA+, população de rua, entre outros setores da sociedade, reiterando a opção ético-política pela defesa e promoção dos direitos humanos. Será dada especial atenção à saúde das mulheres, meninas e pessoas que gestam. Articularemos com a assistência social e a educação as referências para o atendimento integral dessas populações, garantindo que tenham o tratamento adequado nas unidades de saúde. Estabeleceremos um pacto social pelos direitos humanos na saúde, integrando as demais esferas do serviço público, em nível estadual e federal, de forma que Rio Grande seja uma cidade que acolha a diversidade, promovendo a qualidade de vida para todos(as).

Fortaleceremos os programas de saúde existentes e introduziremos uma cartilha municipal para conscientização sobre os direitos e os instrumentos para o rastreamento de doenças infectocontagiosas, como toxoplasmose e HIV. Campanhas municipais de conscientização sobre HIV/AIDS e hepatites virais serão retomadas, com estratégias de testagem em eventos públicos. Além disso, descentralizaremos, para além do Posto IV, o atendimento para Profilaxia Pré-exposição (PrEP) e Profilaxia Pós-exposição (PEP), facilitando o acesso a esses serviços.

Portanto, os compromissos de HALLEY e RENATINHO para com a população estão fundados na CONSTRUÇÃO de um sistema de saúde

integral, eficiente e resolutivo, que coloque o bem-estar dos(as) rio-grandinos(as) em primeiro lugar. Com uma abordagem que integra, como dissemos, a prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento, trabalhando para garantir que Rio Grande se transforme gradativamente em referência nos cuidados de saúde, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Fizemos uma vez e podemos fazer novamente, com o apoio da comunidade e dos(as) servidores(as) públicos(as).

### **7.6. A cidade educadora que queremos**

Durante o governo da FRENTE POPULAR, a educação básica passou por importantes transformações, refletindo o empenho do projeto democrático e popular para melhorar a qualidade do ensino. Uma das nossas principais realizações foi a implantação de 12 novas unidades escolares, elevando de 65 para 77 escolas. A expansão foi fundamental para atendermos parte da demanda por vagas, especialmente na Educação Infantil, onde o acesso praticamente dobrou, passando de 2.662 para 5.477 crianças escolarizadas. O aumento substancial garantiu o acesso para mais famílias a uma educação de qualidade, essencial para o desenvolvimento futuro dos(as) nossos(as) educandos(as).

Além do aumento da estrutura física e das vagas, houve um importante foco na inclusão, por meio da Educação Especial. O atendimento a educandos(as) com deficiências foi ampliado de 163 para 1.623 crianças incluídas. O crescimento foi acompanhado pela contratação de monitores e por investimentos na área, assegurando que os(as) educandos(as) incluídos(as) tivessem o suporte necessário no espaço escolar. Outro marco importante foi a criação da primeira Escola Municipal Bilíngue, a E.M.E.F. Profa. Carmem Regina Baldino, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acessível para pessoas com deficiência e suas famílias.

No governo da FRENTE POPULAR a participação da agricultura familiar na merenda escolar aumentou de 37% para 57%, com a inclusão do pescado, o que resultou em uma alimentação mais saudável e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do setor primário. Nesse sentido, por meio de recursos

próprios e do PNAE, a merenda escolar foi qualificada e serviu de estímulo para produtores(as) da agricultura familiar. O que reforça a importância das compras públicas para o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Foram muitos os avanços, mas cabe destacar ainda duas medidas importantes do governo da FRENTE POPULAR. A primeira, foi a expansão das atividades extracurriculares e de reforço escolar no contraturno, de 5 para 43 escolas municipais, proporcionando aos educandos(as) oportunidades adicionais de aprendizado e de desenvolvimento humano. A segunda, foi a introdução de modificações no Plano de Carreira do Magistério Municipal, já mencionada quando discutimos a valorização dos serviços públicos, criando os níveis de mestrado e doutorado.

Voltaremos a ser um município que investe na educação pública e que valoriza e respeita educandos(as), familiares, educadores(as) e funcionários(as) de escola. Isso porque a formação escolar é uma das bases do desenvolvimento social, cultural e econômico de uma sociedade. A FRENTE POPULAR tem o compromisso de continuar expandindo, de forma sustentável, as vagas na Educação Infantil, avaliando as estruturas existentes, as alternativas de ampliação e o planejamento para novas unidades, considerando as mudanças demográficas e a distribuição da população no território. O que também significa estabelecer diretrizes sustentáveis para o fortalecimento das escolas rurais, como a oferta de transporte escolar adequado e um zoneamento apropriado das vagas disponíveis.

Valorizaremos os(as) trabalhadores(as) da educação, buscando fortalecer a formação continuada e propiciando melhores condições de trabalho. Precisamos que as escolas voltem a ter equipes escolares completas, ainda que de forma gradativa, composta por diferentes trabalhadores(as) em educação que atuam nas áreas do ensino, suporte e gestão escolar. A FRENTE POPULAR se compromete com a sociedade rio-grandina e os(as) trabalhadores(as) da educação a construir as condições orçamentárias e financeiras para a retomada do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o que está atrelado, por sua vez, a recuperação do desenvolvimento econômico em níveis local, regional e nacional.

Compreendemos que as questões de saúde mental são uma realidade inegável para todas as atividades profissionais, incluindo as desenvolvidas pelos(as) trabalhadores(as) em educação. Por isso, a FRENTE POPULAR irá estabelecer uma estratégia de assistência e monitoramento dos(as) educadores(as) e funcionários(as), em parceria com os serviços municipais de saúde mental. A ação coordenada entre SMED e SMS será fundamentada em estudos realizados por diferentes órgãos de classe e instituições de pesquisa, que destacam a necessidade de suporte nas unidades de ensino. Será preciso, portanto, desenvolvermos um projeto integrado de auxílio psicológico e institucional, com o objetivo de promovermos um ambiente de trabalho mais saudável para todos e todas.

Criaremos as condições para melhorar as estruturas das escolas, realizando obras de reforma e/ou ampliação, para que estejam adequadas para oferecer um ambiente seguro e propício ao aprendizado. Investiremos em tecnologia educacional, estabelecendo como meta equipar as escolas com recursos digitais e conectividade com a internet, ampliando as possibilidades de aprendizado e estimulando a criatividade e a inovação de educadores(as) e educandos(as). A inovação na educação também estará presente por meio de parcerias com o IFRS e a FURG, incentivando a cultura da inovação e *maker* entre educandos(as) e educadores(as).

O governo de HALLEY e RENATINHO fortalecerá novamente a merenda escolar, por meio do PNAE, garantindo que seja nutritiva e de qualidade, contribuindo para a saúde e o desenvolvimento físico e cognitivo dos(as) educandos(as). Estabeleceremos parcerias sinérgicas com agricultores(as) e pescadores(as) locais e regionais, como fizemos entre 2013 e 2020, para incentivar o fornecimento de pescado e de alimentos frescos e orgânicos para a merenda escolar, promovendo ao mesmo tempo a agricultura familiar, a pesca artesanal e o desenvolvimento sustentável em nosso interior. Serão oferecidas opções alimentares que atendam as necessidades dietéticas específicas. Também programas educativos serão implementados para ensinar aos(as) educandos(as) sobre nutrição e hábitos alimentares saudáveis. A educação, em parceria com a saúde, terá importante papel no combate às inúmeras doenças associadas aos maus hábitos alimentares.

Temos compromisso histórico com a integração de todas as crianças, adolescentes e jovens no sistema educacional. Por isso, buscaremos as condições para garantirmos um atendimento inclusivo para os(as) educandos(as) com deficiências, oferecendo recursos pedagógicos e apoio especializado. Queremos propiciar, também, apoio pedagógico aos(as) educadores(as). Por essa razão, buscaremos a formação continuada dos(as) monitores(as), garantindo que estejam atualizados(as) com as melhores teorias e práticas pedagógicas para a promoção da inclusão. Além disso, desenvolveremos um projeto permanente de adaptação das estruturas físicas das escolas para garantir acessibilidade. Também buscaremos fornecer tecnologias assistivas atualizadas, que atendam às necessidades dos(as) educando(as). Para tanto contaremos com o apoio de instituições como a FURG, IFRS e empresas privadas, buscando desenvolver ou implementar tecnologias de suporte ao ensino.

A FRENTE POPULAR criará as condições para promover uma educação integral e para oferecer atividades extracurriculares que complementem e qualifiquem o currículo escolar, estimulando o desenvolvimento pessoal e social dos(as) educandos(as). Intentaremos incentivar a prática esportiva, a arte, a cultura e o voluntariado entre nossos(as) educandos(as), para que vivenciem experiências enriquecedoras que contribuam para sua formação integral. Pretendemos qualificar os projetos de reforço escolar e apoio pedagógico, identificando e atendendo às necessidades dos(as) educandos(as), para criar as condições para o aprendizado na idade certa, para que todos(as) tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial cognitivo. Buscaremos as condições, também por meio do Governo Federal, para a expansão sustentável da educação integral em nosso município, em especial nas áreas de maior vulnerabilidade social e em nosso interior.

Além disso, ao lado da saúde, assistência social, meio ambiente, zeladoria urbana e da segurança pública, fortaleceremos a parceria entre escola, família e comunidade, promovendo um diálogo permanente das unidades escolares, assim como dos demais serviços públicos, com as comunidades do entorno. Assim, em parceria com demais órgãos municipais, buscaremos criar espaços de diálogo e participação, onde pais, mães, professores(as),

funcionários(as) de escola, educandos(as), conselhos escolares e membros(as) da comunidade possam compartilhar ideias, discutir os desafios do ensino e contribuir para a melhoria da educação pública. A FRENTE POPULAR acredita que os centros de referência em assistência social e as escolas devem ser espaços abertos às comunidades, permeáveis às suas demandas, adotando métodos e estruturas adequadas para tanto, ainda que de forma gradativa, para serem capazes de aglutinarem a comunidade em torno de uma cultura do cuidado e da proteção mútuas. Temos, portanto, um profundo compromisso com uma gestão democrática e participativa nas escolas municipais, o que afasta, de pronto, qualquer ingerência militar em sua estrutura administrativa ou pedagógica.

Ainda no quadro da gestão democrática, a construção do Plano Municipal de Educação (PME) para 2025-2035 será um momento importante para avaliarmos as políticas implementadas e, de forma sustentável e fundamentada nos princípios da educação popular, planejarmos os próximos passos da educação pública. O PME deve ser também reflexo das necessidades e expectativas da comunidade rio-grandina, considerando a importância da educação para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural do nosso povo. O processo participativo do PME, em nossa perspectiva, fortalecerá a implementação de políticas educacionais inclusivas, de promoção da inovação tecnológica, de incentivo à autonomia dos(as) educandos(as) e sua inserção cidadã no mundo digital, mas também de promoção do respeito à vida e aos direitos humanos.

O debate sobre a educação ambiental nas unidades escolares será ampliado, incorporando conteúdos programáticos que promovam reflexões sobre a sustentabilidade e a cidadania ambiental. Programas e projetos educativos serão desenvolvidos para envolverem os(as) educadores(as), funcionários(as) de escola e educandos(as) em práticas individuais e coletivas responsáveis, preparando-os(as) para enfrentarem os desafios ambientais do século XXI e promoverem um comportamento sustentável. Nesse sentido, a FRENTE POPULAR também compreende que o tema das Mudanças Climáticas, sobretudo após os eventos de maio de 2024, deve ocupar um lugar de

importância nos processos de construção do conhecimento nas escolas municipais.

Assim sendo, a FRENTE POPULAR tem o compromisso com a construção de uma educação pública de qualidade, inclusiva e transformadora da realidade social, que estabeleça as condições para a autonomia, a solidariedade, o pensamento crítico e a cidadania ecológica. Construiremos uma educação que tenha como princípio o resgate da capacidade ontológica, de homens e mulheres, de se formarem por toda a vida, enquanto processo de humanização permanente. Por isso, além das ações já apontadas, qualificaremos a oferta da educação para jovens e adultos (EJA), recriando a E.M.E.J. Paulo Freire, e intensificaremos o combate ao analfabetismo, inclusive entre as pessoas idosas. Assim, como dissemos, construiremos uma educação para os direitos humanos, a democracia e a diversidade, combatendo os preconceitos, em um processo em que a comunidade escolar seja convidada a refletir sobre a importância da convivência respeitosa e do bem-estar social.

## **8. POR UMA POLÍTICA URBANA INTEGRADA E TRANSVERSAL: fortalecimento da participação popular e controle social**

As chuvas intensas e as enchentes de setembro de 2023 e de maio de 2024 demonstram o que especialistas estão chamando de “novo normal” em termos climáticos. Infelizmente, o Brasil e o RS sofrerão mais intensamente, nas próximas décadas, com as secas e chuvas extremas, podendo acarretar, nos dois casos, perdas humanas, sociais e econômicas. Nesse sentido, o Estado do RS, nossos municípios, entre eles, Rio Grande, e a própria União, terão que atuar conjuntamente para desenvolver e aplicar programas e projetos de infraestrutura em larga escala, adaptados para os novos desafios, preparando as cidades para os próximos eventos climáticos extremos.

Por isso, a FRENTE POPULAR tem o compromisso de realizar investimentos substanciais em moradia, saneamento ambiental, obras de drenagem, pavimentação e manutenção das vias urbanas e rurais, pois consideramos que o acesso a moradias dignas e à infraestrutura básica são direitos fundamentais das pessoas do campo e da cidade. Trabalharemos em parceria com políticas públicas federais e estaduais para buscar financiamentos junto a instituições de fomento, nacionais e internacionais, para promover a regularização fundiária, a melhoria das condições de moradia e investir fortemente em soluções de drenagem, principalmente para as áreas próximas a orla do município. Nesse sentido, precisamos ressignificar a vivência no espaço urbano, ampliando o direito das pessoas a uma cidade sustentável, acolhedora, inclusiva e moderna.

### **8.1. Compromisso com a habitação de interesse social**

A moradia é um direito constitucional e, por isso mesmo, não pode ser tratada de forma isolada dos demais direitos da população e foi neste sentido que, entre 2013 e 2020, a administração municipal de Rio Grande, sob a liderança do prefeito Alexandre Lindenmeyer, compreendeu que a construção

da moradia é plena quando integrada aos demais aspectos sociais necessários para o bem viver das pessoas: serviços básicos de saúde e educação, segurança, acessibilidade, transporte, saneamento, infraestrutura urbana (água, luz, esgoto), regularidade fundiária (terra adequada), entre outros, e assim realizou avanços importantes nas áreas da habitação de interesse social popular e da regularização fundiária, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população.

Para cumprir o papel fundamental da gestão pública de enfrentar o déficit habitacional, que em 2013 era de 6.353 unidades habitacionais, na gestão da FRENTE POPULAR um total de 1.840 unidades habitacionais foram construídas, por meio da iniciativa privada e com apoio de programas públicos, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Em 2020, havia mais de 2.350 unidades habitacionais em construção em Rio Grande, demonstrando o contínuo empenho das iniciativas públicas e privadas no setor habitacional para atender à crescente demanda por moradias no município, sejam elas organizadas pelas entidades sociais e cooperativas, a exemplo do Complexo Junção e Cidade de Águeda, beneficiando famílias de menor poder aquisitivo, ou por empresas da construção civil beneficiando famílias das demais faixas de renda do PMCMV. Além disso, a FRENTE POPULAR também focou na inclusão das comunidades rurais nas políticas habitacionais, com a construção de 107 unidades nas ilhas dos Marinheiros e da Torotama. O esforço foi essencial para garantir que o interior do município também fosse beneficiado com melhorias na área habitacional. O avanço na disponibilidade de unidades no mercado imobiliário desempenhou um papel importante na redução do déficit habitacional e na oferta de moradias dignas, ainda que insuficientes para a solução desse grave problema social.

A regularização fundiária foi outra área de destaque na gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer, com a entrega de 1.326 títulos de propriedade e outros 7.179 em processo administrativo para serem entregues à população. O avanço na política de regularização fundiária proporcionou segurança jurídica e formal para milhares de famílias, promovendo o acesso à terra regularizada com a inclusão social e desenho urbanístico adequado a realidade dos locais onde vivem, além da valorização dos imóveis. A entrega dos

títulos de propriedade representou um passo fundamental na garantia do direito das pessoas à cidade, enquanto promoção da justiça social.

No espaço urbano, foram construídos ou estavam em construção mais de 7.500 lotes urbanizados entre 2013 e 2020. O desenvolvimento das áreas urbanizadas não só ajudou a atender à demanda por novos terrenos residenciais, mas também estimulou o crescimento econômico local, gerando empregos e oportunidades de negócios na construção civil. A urbanização e a criação de novos lotes são elementos essenciais para a sustentabilidade e o planejamento urbano do município. Além disso, representou o compromisso do governo municipal com a desburocratização dos processos de licenciamento, visando a geração de empregos e renda para nosso povo trabalhador.

Um marco significativo no planejamento do espaço urbano rio-grandino foi a assinatura do financiamento de R\$ 79 milhões, por meio do programa Pró-Moradia, destinado à requalificação urbana da área da comunidade da Dom Bosquinho, na Orla do Saco da Mangueira, entre a ponta do canaleta da Major Carlos Pinto até o limite da Refinaria Riograndense, um dos locais mais vulneráveis do município a enchentes. O recurso permitiria a implementação de melhorias substanciais na infraestrutura dessa área, incluindo o aterro com uma via limite permitindo a formação de uma barreira de contenção proporcionando condições de vida mais dignas e seguras para os(as) moradores(as). A busca desse investimento refletia o compromisso da administração municipal em promover um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável. Contudo, a atual gestão municipal não desenvolveu os encaminhamentos necessários para o andamento da proposta.

Os esforços da gestão Alexandre Lindenmeyer na área de moradia e regularização fundiária resultaram em significativos avanços para a população de Rio Grande. Com a construção de novas unidades habitacionais, a regularização de títulos de propriedade e a urbanização de novas áreas, a administração da FRENTE POPULAR iniciou o enfrentamento ao déficit habitacional rio-grandino. As ações do governo municipal demonstraram um compromisso contínuo com a melhoria das condições de vida das pessoas e o desenvolvimento sustentável do município.

Na habitação, implementaremos uma política municipal que considere as especificidades locais como forma de garantir a permanência da população de baixa renda em áreas consolidadas. Será preciso retomar os avanços do período 2013-2020. Por isso, buscaremos o programa “Minha Casa, Minha Vida” para atender às demandas habitacionais das camadas mais vulneráveis da população, como as famílias de baixa renda e moradores de áreas de risco. Seja por meio das cooperativas habitacionais ou de empresas sérias do setor imobiliário, buscaremos novas unidades habitacionais em locais adequados, em áreas urbanizadas, providas de serviços públicos e com infraestrutura completa. Por isso, trabalharemos forte na gestão do território do município, enfrentando a especulação imobiliária, os vazios urbanos e os imóveis abandonados, não utilizados ou subutilizados, sejam de uso residencial, comercial ou mesmo industrial, públicos ou privados no bairro Centro, região onde se proliferam habitações fechadas e sem uso. Também é preciso viabilizar o acesso à terra e ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade em todo o território da cidade do Rio Grande.

Além da construção de novas moradias, garantiremos os meios para priorizar a regularização fundiária, possibilitando que as famílias, que vivem em áreas com irregularidade fundiária, tenham acesso à documentação legal de suas propriedades, com melhoria territorial e integração social. Isso proporcionará segurança jurídica aos(as) moradores(as) e também abrirá portas para que possam ter acesso a financiamentos públicos e programas sociais, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento dessas comunidades, com urbanização adequada e garantia dos serviços básicos necessários. A regularização fundiária séria tem, portanto, um importante componente econômico, possibilitando maior circulação de recursos no município, por meio de financiamentos habitacionais. Ao mesmo tempo, guarda um importante componente social, pois garante a permanência das famílias em suas áreas, com segurança e sustentabilidade. Além da produção de novas moradias, se soma a política habitacional de interesse social o tema da melhoria habitacional de forma a atender as famílias que possuem moradia em situação inadequada. Para que possam recuperar suas casas através de programas e financiamentos públicos,

inseridas em seus territórios e incrementando a economia local das comunidades.

Desta forma se faz oportuno consolidar a política habitacional do município em um tripé que permita o olhar amplo sobre a demanda das pessoas mais vulneráveis e garantindo a qualidade das habitações, não só do ponto de vista da construção, mas essencialmente ampliando o conceito de melhoria para o atendimento das demais inadequações, como problemas de saneamento. Assim, a FRENTE POPULAR se propõe a aplicar a Lei 11.888/2008 – Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), vinculada aos processos de produção e melhoria habitacional, mas também às políticas públicas de saúde, assistência social, saneamento e regularização fundiária. A ATHIS será entendida como um meio de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, além da atuação sobre processo de lotes urbanizados e em empreendimentos realizados por grupos organizados em autogestão. Assim, se consolida o tripé de uma política habitacional preocupada com a ampliação da melhoria da qualidade de vida da população: PRODUÇÃO e MELHORIA HABITACIONAL; REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e ATHIS.

Importante que a política pública considere em suas prioridades as periferias da nossa cidade, focada na moradia e na urbanização à luz da política nacional de periferias, incentivando e promovendo iniciativas de autogestão. Assim, como forma de melhor reconhecer os problemas habitacionais do município a FRENTE POPULAR se propõe a revisão e atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), transformando suas estratégias de ação em regulamentação legal para que, de fato, se alcance a redução do déficit e da inadequação habitacional. Se faz necessário, portanto, a urgente retomada do Conselho Municipal de Habitação (CMHIS), em consonância com as diretrizes nacionais para a política habitacional e o fortalecimento e incremento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

## **8.2. Plano Diretor, mudanças climáticas e gestão do território**

Importante destacar que daremos continuidade ao processo de modernização da gestão territorial do município, iniciada nos governos da FRENTE POPULAR entre 2013 e 2020, por meio do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT). Analisaremos com a devida atenção e prioridade os dados gerados nas ações de aerofotogrametria, adquirindo novos produtos tecnológicos, se necessário, de forma a possibilitar maior gestão territorial e tributária sobre os espaços urbanos e rurais. O que envolverá a qualificação da infraestrutura administrativa e dos recursos humanos para a gestão dos referidos dados e sistemas. Junto a isso, buscaremos desenvolver programas permanentes de regularização e licenciamento das construções já existentes, preferencialmente sem multas para as unidades de interesse social, garantindo que todas as pessoas, sobretudo as mais vulneráveis, possam tirar seus projetos e contratos das “gavetas”, contribuindo para a formalização da maior quantidade possível de imóveis, desde que não coloquem em risco seus ocupantes. Além disso, a FRENTE POPULAR, ainda no quadro da qualificação da gestão territorial, buscará a desburocratização do processo de aprovação e licenciamento de obras, colocando em prática a licença expressa de empreendimentos pequenos e médios e retomando o licenciamento conjunto de grandes empreendimentos.

Realizaremos a atualização do Plano Diretor do Município objetivando promover: a) o desenvolvimento urbano de forma sustentável, b) a consonância com a nova realidade ocasionada pelos efeitos das mudanças climáticas, c) o investimento imobiliário, d) o enfrentamento à especulação imobiliária, e) o investimento em estruturas públicas e privadas energeticamente eficientes, f) a intensificação da arborização, g) o aproveitamento de áreas para espaços de lazer e convívio, h) o adensamento do espaço urbano, garantindo que as pessoas tenham acesso aos bens sociais, culturais e serviços públicos, entre outras regulamentações que visem a projeção e concretização da cidade justa, solidária e ambientalmente sustentável que queremos.

Dentro desse conjunto de valores, a FRENTE POPULAR adotará políticas ambientais, paisagísticas e culturais que valorizem as dimensões material e imaterial do patrimônio, de forma indissociável, como bens coletivos e ativos econômicos, sociais e políticos. Buscaremos incentivos financeiros para projetos e obras que visem a recuperação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do município, como proposto em nosso programa, consolidando uma política clara de preservação dos bens materiais e imateriais que contribuem para a implementação da política urbana da cidade, enquanto elemento estruturante. Essa proposta deve estar em diálogo constante com os demais órgãos da administração municipal e em amplo debate com os setores da sociedade que podem contribuir para a execução e recuperação do patrimônio arquitetônico. Será um programa que fará parte das diretrizes urbanísticas do Plano Diretor do Município, renovando edifícios históricos significativos e suas áreas envoltórias, de forma a respeitar e valorizar o seu papel enquanto documento de memória e, ao mesmo tempo, possibilitar sua inserção na dinâmica social. Para tanto, consultaremos os(as) rio-grandinos(as), a comunidade técnica e os principais especialistas nos setores público e privado, principalmente aqueles(as) que possuem estudos técnicos sobre a realidade e potencialidades do nosso município.

Um grande desafio que se impôs nos últimos anos foi a adaptação e resiliência dos municípios para o enfrentamento dos eventos extremos, gerados pelas alterações climáticas. Através do planejamento adequado em acordo com a política territorial e habitacional será preciso investir em obras e equipamentos que visem minimizar os problemas, como obras de drenagem urbana e de readequação das áreas de riscos, assim como a recuperação das matas ciliares e da cobertura vegetal. Trata-se de ações essenciais que estarão orientadas por uma gestão institucional de GOVERNANÇA CLIMÁTICA, em diálogo com a sociedade civil e focada em uma alteração gradativa do modelo de desenvolvimento urbano e com um olhar ampliado para todos os fatores que são necessários para o enfrentamento dos desastres climáticos, incorporando soluções baseadas na natureza.

### **8.3. Saneamento ambiental, segurança hídrica e redução das enchentes**

Para assegurar a eficácia das intervenções de infraestrutura, a gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer implantou 59 km lineares de drenagem nos bairros, uma medida fundamental para a gestão adequada das águas pluviais e a mitigação das inundações em algumas localidades. Além disso, um marco importante na política de drenagem foi a criação do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada (FMGC), estabelecido através da renovação do contrato de gestão com a CORSAN, em 2014, antes da sua privatização pelo governo Eduardo Leite (PSDB/MDB). Com um aporte de R\$ 30 milhões, o FMGC destinou recursos para projetos de esgotamento sanitário, drenagem, educação ambiental e gestão de resíduos sólidos, refletindo o compromisso da FRENTE POPULAR e da CORSAN, até então pública, com a sustentabilidade e a qualidade de vida no município.

Outro destaque da gestão foi a regularização jurídica e ambiental do Loteamento ABC X no Cassino, depois de décadas de abandono, salvaguardando as áreas de preservação ambiental, além da realização de obras de saneamento pela CORSAN, no quadro da renovação contratual de 2014. Além disso, foram adquiridos três caminhões hidrojato, financiados pelo FMGC, que reforçaram a capacidade do município em realizar a limpeza e manutenção das redes de esgoto, das bocas de lobo e das linhas de drenagem pluvial. Os investimentos e equipamentos não só melhoraram a infraestrutura existente, como também prepararam o município e a concessionária para enfrentarem os desafios futuros relacionados ao crescimento urbano e às mudanças climáticas.

No que se refere ao saneamento ambiental, HALLEY e RENATINHO buscarão fiscalizar de forma permanente a CORSAN privatizada, para o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), principalmente quanto a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, buscando o acesso universal desses serviços básicos. A FRENTE POPULAR estabelecerá com a CORSAN, logo no início do mandato, um plano de quatro anos para a ampliação

da rede de esgoto com o objetivo de proteger os mananciais hídricos que abundam em nossa região, atualizando o PMSB para reposicionar as metas de curto, médio e longo prazos.

Criaremos as condições para um programa permanente de manutenção da drenagem e de recolhimento de materiais inservíveis, enquanto ações preventivas de controle de alagamentos, reduzindo os impactos dos eventos climáticos extremos, mas também melhorando o escoamento das águas em situações de normalidade, especialmente nas áreas mais vulneráveis, como aquelas em locais naturalmente alagadiços. Para tanto, serão necessárias ações integradas entre as secretarias de infraestrutura e de serviços urbanos, garantindo que a limpeza de bocas de lobos, tubulações e valetas sejam articuladas, principalmente no que tange aos resíduos sólidos e inservíveis descartados de forma irregular.

Precisaremos igualmente de ações de educação ambiental, como já indicamos, para conscientizar a população sobre as formas adequadas de descarte dos resíduos orgânicos, materiais recicláveis, materiais potencialmente contaminantes, como baterias e eletrônicos, e de inservíveis, como móveis, colchões, entre outros. O que significa, pelo lado da gestão municipal, estabelecer uma profunda reforma das estruturas de gestão dos resíduos sólidos, incluindo associações de catadores(as) e recicladores(as), novas tecnologias, a iniciativa privada e as compras públicas (por exemplo, adquirindo produtos de plástico reciclado, como pisos, bancos, entre outros). Nesse sentido, estaremos concretizando o compromisso de, ao final dos quatro anos, termos uma gestão de resíduos mais inteligente e adequada aos desafios ambientais do século XXI.

Para a contenção das cheias, além das ações de construção, manutenção e conservação das obras de drenagem urbana, a FRENTE POPULAR propõe o planejamento das orlas urbanas do município – Saco da Mangueira e Lagoa dos Patos (Canal do Rio Grande) – as quais devem ser espaços que sirvam também para a contenção das cheias, adequados ao enfrentamento das mudanças climáticas e que se somem as ações de preservação, prevenção e controle nas áreas de riscos. Será necessário buscarmos instrumentos legais e os financiamentos adequados para a execução

dos planos e projetos, com a urgência necessária para enfrentarmos os efeitos climáticos sobre o município. Nesse sentido, para melhores ações a curto, médio e longo prazos, temos como urgente a construção de um plano setorial de gestão de riscos, com o envolvimento de todos os setores da administração municipal, da sociedade civil e em acordo com o Plano Diretor do Município.

#### **8.4. Pavimentação e melhorias na mobilidade urbana**

A FRENTE POPULAR, entre 2013 e 2020, investiu na infraestrutura do município do Rio Grande, promovendo melhorias para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento de áreas urbanas e rurais. Um dos principais avanços foi a criação de um amplo programa de construção, melhorias e de manutenção na infraestrutura de 98 ruas municipais, seja através da pavimentação com blocos, recalçamento, drenagem, asfaltamento ou recapeamento asfáltico. Dentre essas, 71 ruas receberam especificamente obras de (re)pavimentação ou drenagem, abrangendo área total de 301.000 m<sup>2</sup> de vias municipais, sendo 74.000 m<sup>2</sup> de recalçamento com bloco ou paralelepípedo, atendendo áreas em nossas comunidades que necessitavam de manutenção. Os projetos mencionados foram fundamentais para melhorar a mobilidade urbana e reduzir problemas de alagamento, beneficiando diretamente diversos bairros da cidade.

Ainda no quadro das obras de pavimentação, 27 ruas foram contempladas com recapeamento asfáltico ou asfaltamento, cobrindo uma área de 135.000 m<sup>2</sup>. As atividades de recapeamento asfáltico e de asfaltamento novo foram essenciais para revitalizarmos vias que já apresentavam desgastes significativos ou careciam de qualquer infraestrutura de pavimento, proporcionando uma condução mais segura para motoristas, ciclistas e pedestres, além de melhorar a qualidade de vida no bairro/vila.

Além disso, foram construídos 30 km de ciclofaixas e ciclovias nas ruas municipais, uma iniciativa importante para a segurança e bem-estar dos(as) ciclistas(as). As ciclofaixas e ciclovias promoveram o fortalecimento de um meio de transporte mais sustentável e saudável, além de reduzir os riscos de

acidentes, incentivando mais pessoas a optarem pela bicicleta como meio de locomoção e prática de esportes.

Para fortalecer a capacidade das secretarias municipais operacionais, como Cassino, Infraestrutura, Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Primário, foram adquiridos diversos equipamentos pesados, como 2 motoniveladoras, 1 pá carregadeira, 8 retroescavadeiras, 1 escavadeira hidráulica, 1 rolo compressor, 3 caminhões, 1 roçadeira, 2 poliquindastes, 3 caminhões trucados e 1 picotador. Os novos equipamentos, renovando a frota de maquinário pesado, possibilitaram uma resposta mais eficiente às demandas da população, otimizando a execução de obras e serviços urbanos, garantindo a manutenção contínua das melhorias implementadas e melhorando as condições de trabalho dos(as) servidores(as) municipais. Com esses investimentos, o prefeito Alexandre Lindenmeyer deixou um legado para a gestão dos espaços urbano e rural do município do Rio Grande.

As ações da FRENTE POPULAR no governo demonstraram o compromisso contínuo com a melhoria da mobilidade urbana em Rio Grande, como um direito de todos(as). Ao focar na democratização do transporte público e na promoção da mobilidade sustentável, a gestão de Alexandre Lindenmeyer buscou garantir o direito à cidade também na infraestrutura. Portanto, temos HALLEY e RENATINHO renovam o compromisso de buscarem as condições para a retomada de um amplo programa de melhorias nas vias municipais, qualificando a mobilidade urbana e rural e facilitando o acesso da população aos serviços públicos, aos locais de trabalho, de lazer, de cultura, entre outros. Retomaremos os princípios do Programa de Revitalização Urbana, Acessibilidade e Saneamento (ProRuas), garantindo prioridade para: a) os acessos aos serviços públicos; b) o acesso às principais vias de mobilidade urbana; c) a qualificação do sistema de escoamento das águas pluviais. Para tanto, buscaremos os recursos necessários para as ações de pavimentação, recapeamento, recalçamento, ensaibramento, nivelamento, drenagem e de ampliação das ciclovias e ciclofaixas, priorizando vias que apresentarem equipamentos públicos, situações de alagamento e que estiverem em condições precárias de tráfego. As obras da FRENTE POPULAR não apenas melhorarão

o deslocamento das pessoas, mas também contribuirão para a valorização dos imóveis e o desenvolvimento econômico do município.

Além disso, temos a clareza que um intenso programa de obras públicas, por meio do ProRuas, abarcando investimentos próprios e financiados, terá o potencial de gerar novos empregos diretos e indiretos na construção civil, com desdobramentos nos serviços e comércio local. Consideramos as compras e os investimentos públicos como sendo importantes vetores para o desenvolvimento da economia local, ao mesmo tempo que qualificam a vida das pessoas que mais necessitam do poder público. Nesse sentido, acreditamos firmemente que os recursos públicos, convertidos em salários, contratos e investimentos diretos e indiretos, possuem importância fundamental para a economia do Rio Grande, afastando a desinformação, comumente repetida, de que os impostos não são revertidos para sociedade.

Para a FRENTE POPULAR a conclusão do Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PlanMob) será fundamental para o redirecionamento da política municipal de transporte e mobilidade, o que propiciará ações integradas com foco na a) diminuição de distâncias percorridas e consequentemente no tempo e recursos empregados nos deslocamentos, b) no fortalecimento de modais mais acessíveis e ambientalmente mais eficientes, c) na expansão da malha cicloviária, d) na descentralização e digitalização dos serviços públicos também como política de mobilidade, e) na qualificação do transporte coletivo e f) na regulamentação de novas modalidades, g) bem como na qualificação constante das vias municipais. Outrossim, o PlanMob será definidor do financiamento da mobilidade urbana no Município, tanto pela regulamentação do sistema de tarifas, bem como para captação e execução de recursos necessários para implantação de projetos de mobilidade e infraestrutura.

Por fim, a FRENTE POPULAR assume o compromisso político e ético com a comunidade rio-grandina de CONTINUAR, APRIMORAR e ACELERAR todas as obras de infraestrutura e mobilidade planejadas, licitadas, em execução e financiadas pela atual gestão municipal, seja com recursos próprios, nacionais ou internacionais. Assim como, temos o compromisso político e ético de RETOMAR as obras oriundas do governo Alexandre Lindenmeyer que estejam paralisadas ou em ritmo lento. Principalmente, porque demonstramos

que nossos projetos executivos são melhores; que nossas licitações respeitam as regras e são transparentes; e que somos melhores no planejamento, execução e fiscalização das obras públicas. E que, em nossos governos, a população beneficiada também pôde participar da fiscalização das obras, integrando as comissões de acompanhamento e mantendo-se informada pelo site da Prefeitura Municipal. Em síntese, a FRENTE POPULAR, ao contrário do atual gestor, respeita os sonhos e esperanças dos(as) rio-grandinos(as), que anseiam viverem em comunidades com mais pavimentação, drenagem e mobilidade.

### **8.5. Transporte público municipal e Acessibilidade**

A administração do prefeito Alexandre Lindenmeyer ampliou as gratuidades no transporte público, de 2.800.000 passageiros/ano em 2013 para 3.300.000 em 2019, antes da pandemia. O aumento permitiu maior inclusão social, garantindo que um número expressivo de rio-grandinos(as), especialmente as pessoas idosas e em situação de vulnerabilidade social, pudessem se deslocar sem custo. Adicionalmente, foram estabelecidos cinco dias de passe-livre, a gratuidade para pessoas idosas a partir de 60 anos e a ampliação do passe-escolar para estudantes, disponível para uso em qualquer dia e horário. A quantidade de passes-escolares também foi ampliada em 20%, facilitando o acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer. As iniciativas, contudo, foram descontinuadas pelo atual governo municipal, adepto do retrocesso nas políticas sociais, sem resultado na qualificação do transporte público como prometido, pelo contrário, os serviços pioraram.

Além disso, o governo da FRENTE POPULAR realizou importantes avanços no mobiliário de mobilidade urbana, refletindo o compromisso com a melhoria do transporte público. Um dos destaques foi a implantação de 502 novas paradas de ônibus, qualificando o acesso ao transporte público em várias áreas do município.

Para fortalecer a estrutura de transporte público foram adquiridos dois ônibus intermunicipais para o Departamento Autárquico de Transporte Coletivo (DATC). A aquisição melhorou a qualidade e a eficiência dos

serviços oferecidos aos(às) rio-grandinos(as) que se deslocavam entre Rio Grande e Porto Alegre. Além disso, o DATC obteve uma receita total de R\$ 8,8 milhões em 2019, antes da pandemia. Contudo, a atual administração municipal optou pela liquidação do DATC, absorvendo integralmente a despesa de folha de pagamento do mesmo e abrindo mão da receita anual.

Precisamos pensar as soluções de mobilidade de forma integrada e complexa, considerando os desafios das novas formas de movimentação das pessoas no espaço urbano, como o transporte por aplicativos. O sistema de transporte público atual, segundo dados de maio de 2023, conta com 40.800 cartões cadastrados, sendo 6.570 cartões cidadão, 8.347 cartões estudante, 16.696 cartões livres (gratuidades) e 9.187 cartões vale-transporte. O sistema transporta 26.749 passageiros/dia, roda 481.917 km e realiza 33.321 viagens por mês. Portanto, as condições objetivas do sistema atual deverão ser consideradas nos processos de planejamento de uma nova configuração.

Trata-se, portanto, de um desafio para todos os municípios, mas que em Rio Grande vem se prolongando e que, no último governo, ganhou uma dimensão dramática, com a piora nos serviços prestados. Entre 2013 e 2020, a gestão do prefeito Alexandre Lindenmeyer buscou realizar uma nova licitação no transporte público, com transparência, acessibilidade, garantia de investimentos e, principalmente, controle social e público, mas os consecutivos certames foram desertos. No atual governo, como dissemos, os serviços pioraram, os veículos estão sucateados, os horários não são cumpridos e as políticas de inclusão social foram extintas.

A FRENTE POPULAR enfrentará novamente o tema buscando melhorar os serviços de transporte considerando as experiências exitosas implantadas em outras regiões do Brasil e do mundo. Experiências que ampliaram o número de pessoas transportadas investindo em novas tecnologias, diferentes tamanhos de veículos, novas formas de comercialização das passagens, que criaram contas públicas e passaram a remunerar a(s) empresa(s) por quilômetro rodado, que integraram o transporte de massa com os sistemas de ciclovias/ciclofaixas, que comercializaram espaços de publicidade para a obtenção de novas receitas para o sistema, entre outras

ações. Contudo, como dissemos, as soluções para o sistema de transporte público deverão considerar as características atuais dos(as) usuários(as) e o necessário pacto social que deverá ser firmado para a recuperação do mesmo, pois todos os(as) munícipes têm a ganhar com um transporte público de qualidade.

Nesse sentido, a FRENTE POPULAR considera um princípio fundamental para o novo sistema a integração do transporte coletivo com as demais formas de mobilidade existentes na cidade e áreas rurais. Além disso, outro princípio orientador será a busca por um serviço mais eficiente e qualificado para os(as) usuários(as), oportunizando uma relação proporcional e equilibrada entre custos, conforto, segurança e pontualidade. Outro princípio será a busca da modernização da frota, com condições para a eletrificação e a ampliação da acessibilidade, como formas de comprometimento com a sociedade rio-grandina e a sustentabilidade ambiental.

Contudo, para além do debate público necessário, orientado por princípios e valores fundamentais, adotaremos uma política IMEDIATA de qualificação do transporte coletivo, ampliando a fiscalização dos horários e das condições dos veículos. Além do mais, os princípios aqui expressos estão em conexão com as demais propostas apresentadas nesse programa de governo, como a ampliação da mobilidade ativa, através da implementação de novas ciclovias/ciclofaixas, a retomada do Calçada Legal, a recuperação da infraestrutura viária e os investimentos financiados em reorganização da mobilidade urbana, como os anunciados com recursos franceses.

Outras questões são fundamentais para a melhoria do sistema de transporte público e da acessibilidade municipal, como a implementação de ações para tornar o transporte da população mais seguro para o público feminino e também para a comunidade LGBTQIA+. Como a implantação de projetos de educação, fiscalização e segurança para reduzir as ações de assédio, intimidação e racismo realizadas no interior dos veículos.

Também se impõe a implementação de um programa específico de cuidado das calçadas a fim de garantir a acessibilidade e a segurança urbana nos pontos de ônibus, investindo nas chamadas rotas acessíveis, conectando os locais de transporte aos de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte,

lazer, entre outros. Precisamos criar uma cidade cada vez mais acessível também no transporte, tendo a universalização da acessibilidade como um direito social.

## **CONSTRUIREMOS UM NOVO TEMPO PARA RIO GRANDE**

O PROGRAMA DE GOVERNO da FRENTE POPULAR se propõe a construir para o Município do Rio Grande uma gestão pública com base nos princípios, valores e objetivos aqui apresentados, demonstrando o firme compromisso ético-político do nosso projeto com a sociedade rio-grandina. Um governo popular e democrático pautado pela inclusão social, a equidade e o desenvolvimento econômico sustentável. Um governo dos(as) e para os(as) rio-grandinos(as), um governo dos(as) trabalhadores(as) e para os(as) trabalhadores(as), um governo para os(as) empreendedores(as) e de quem produz, um governo do diálogo e da união, para juntos(as) superarmos a política do abandono dos bairros e vilas e de precarização dos serviços públicos.

As propostas apresentadas no PROGRAMA DE GOVERNO CONTINUAM sendo cuidadosamente elaboradas para abarcar as diversas áreas e necessidades da nossa população, integrando as políticas públicas de juventude, saúde, acessibilidade, direitos dos animais, trabalho, educação, sustentabilidade, lazer, transporte, infraestrutura, esporte, cidadania, segurança pública, desenvolvimento econômico, habitação, gestão do território, cultura, direitos humanos, assistência social, entre outras. Trata-se de um projeto de sociedade que visa a MUDANÇA para melhor do Rio Grande, transformando-o em um município mais justo e próspero para todos(as) os(as) rio-grandinos(as).

Acreditamos na inclusão de todas(as) as pessoas e, por isso, reiteramos, uma vez mais, o compromisso de HALLEY e RENATINHO com a promoção dos direitos humanos. Nesse sentido, o programa de governo reflete o compromisso democrático de promovermos os direitos dos(as) jovens, das mulheres, das pessoas pretas, com deficiência e altas habilidades, da comunidade LGBTQIA+, das populações tradicionais, dos povos originários, das pessoas idosas, das crianças e adolescentes, entre outros(as). Trata-se de um processo de integração das diferentes comunidades às políticas públicas, com oportunidades concretas de emprego, educação, saúde, cultura, lazer, esporte, participação social, entre outros direitos sociais fundamentais. Precisamos cuidar de todas as famílias rio-grandinas, sem discriminações.

Além disso, propomos uma abordagem mais abrangente sobre o direito à cidade, que inclui a consolidação da atenção integral à saúde, a acessibilidade universal, a arborização, a qualificação da educação pública, a modernização dos serviços da área social, a qualificação dos serviços sanitários, de drenagem e infraestrutura, o combate ao déficit habitacional, o avanço da inovação e da tecnologia, o fomento ao setor primário e pesqueiro, o fortalecimento do turismo, a geração de empregos e renda, entre outras dimensões, para garantir a promoção de um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Nosso objetivo central será RETOMAR um ambiente de negócios saudável para micro, pequenas, médias e grandes empresas, assim como para associações, cooperativas e empreendimentos de economia solidária, pois a geração de empregos será uma prioridade do nosso governo.

Assim, temos o compromisso de TRANSFORMAR Rio Grande, novamente, em polo de atração de investimentos públicos e privados, buscando empresas de todos os portes e que venham firmar compromissos sustentáveis com nossa população e meio ambiente. Buscaremos investimentos públicos para continuarmos qualificando a infraestrutura de logística do município e região. Também ampliaremos e fortaleceremos as cadeias produtivas locais, fomentando novos empreendimentos, promovendo as atividades econômicas tradicionais, estimulando os investimentos privados no turismo e integrando as empresas de diferentes portes e ramos com a tecnologia e a inovação produzidas nos centros acadêmicos e de pesquisa rio-grandinos.

A FRENTE POPULAR acredita que a participação comunitária, o engajamento da sociedade rio-grandina, será fundamental para o sucesso do Programa de Governo que estamos propondo. Nosso compromisso será o de trabalhar em parceria com a população, escutando suas demandas e incorporando suas sugestões nos processos de elaboração das políticas públicas. Queremos construir coletivamente um Rio Grande mais democrático, inclusivo e sustentável, onde todos(as) possam viver com dignidade. Para tanto, como dissemos, utilizaremos as tecnologias da informação para manter um diálogo permanente com a comunidade rio-grandina, assim como RETOMAR a prática de governar apoiados(as) em estudos técnicos e científicos.

Com a firme convicção de que iremos MUDAR Rio Grande para melhor, colocamos os nomes de HALLEY e RENATINHO à disposição da população rio-grandina, solicitando um voto de **ESPERANÇA** e **FÉ** no **FUTURO**. Estaremos lado a lado com o povo rio-grandino, enfrentando os desafios e buscando construir NOVAS SOLUÇÕES.

Povo do Rio Grande, vamos juntos(as)!

**RIO GRANDE É MAIS!**

Rio Grande, agosto de 2024.

**FRENTE POPULAR**

*Federação Brasil da Esperança (PT - PCdoB - PV)*

*Partido Socialista Brasileiro (PSB)*

*Partido Social Democrático (PSD)*

*Partido Democrático Trabalhista (PDT)*

*Solidariedade (SD)*

*Avante*